



Anais da Assembléia

Nº 071

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 18 DE JUNHO DE 1991

ANO XLII

Ato da Presidência:

revogadas as disposições em contrário.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 27/91

DATA: 13 de junho de 1991.

SÚMULA: Autoriza a realização de plebiscito, na Gleba São Jorge, lotes 129 a 228, originariamente pertencente ao município de Altônia, para que a respectiva população decida sobre a sua incorporação ao município de São Jorge do Patrocínio.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, na Gleba São Jorge, lotes 129 a 228, abaixo descrita, originariamente pertencente ao município de Altônia, para que a respectiva população decida sobre a sua incorporação ao município de São Jorge do Patrocínio, conforme disposição da Lei nº 9569, de 08/02/91.

"Começa no rio Paraná, na foz do rio São João, e sobe por este até encontrar a antiga estrada Mestre, atual PR-487, que liga as cidades de Pérola e Altônia até o lote nº 01, deste ponto segue pela divisa intermunicipal até encontrar a cabeceira do ribeirão Jequitibá, pelo qual desce até a sua foz no rio Paracá, por este abaixo até a sua foz no rio Paraná, pelo qual desce até a barra do rio São João, ponto de partida".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/91

DATA: 17 de junho de 1991.

SÚMULA: Autoriza o Governador do Estado ausentar-se do País.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica autorizado o Senhor Roberto Requião, Governador do Estado afastar-se do País, por um prazo de 05 (cinco) dias contados a partir de 19 de junho do corrente ano, com destino a Buenos Aires, Argentina, a fim de tratar de assuntos de interesse do Estado.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação,

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA ATA DA 59.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 1991 TERÇA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Arthur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (48).

Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dalton Machuca, Duílio Genari, Hermas Brandão, Neivo Beraldin e Rafael Greca de Macedo (05). Achando-se em licença o Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

Curitiba, 10 de junho de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 473.057.000,00 (quatrocentos e setenta e três milhões, cinqüenta e sete mil cruzeiros), conforme detalhamento abaixo:

ÓRGÃO/FINALIDADE	VALOR CR\$ 1,00
1. Secretaria de Estado da Segurança Pública- SESP	
1.1. Recursos provenientes das Taxas de polícia- FUNRESPOL - serão utilizados para:	
. Aquisição de equipamentos de informática e veículos.....	261.026.000
1.2. recursos provenientes de Multas por Infração ao Código Nacional de Trânsito -FUNRESTRAN - serão utilizados para:	
. Aquisição de veículos, rádio VHF- móvel e equipamentos de informática...	99.941.000
1.3. recursos provenientes com Órgãos Federais serão	

utilizados para:	
. o policiamento Ostensivo no Interior do Estado, visando aquisição de ração, vitamina e vacinas para cães, a fim de fiscalizar a entrega de drogas e entorpecentes na zona de fronteira de Foz do Iguaçu.....	2.090.000
. aquisição de veículos automotores, material de consumo e serviços de terceiros, outros serviços e encargos visando ações de proteção a fauna e a flora na região do Parque Iguaçu;.....	15.000.000
. aquisição de combustível e de alimentação para o pessoal do Corpo de Bombeiros em serviço de prondidão nas unidades da INFRAERO;.....	25.000.000
. Aquisição de veículos para atender os aeroportos Afonso Pena, Foz do Iguaçu e Londrina.....	70.000.000
	473.057.000

SUPLEMENTAÇÃO

A N E X O I

FL. 01
CR\$ 1.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N° DO PROC. COP
4100	Secretaria de Estado da Segurança Pública					
4102	Gabinete do Secretário - Entidades Vinculadas					
2033	Programação a cargo do DETRAN	4313.00	28	L	99.941	0023
4104	Departamento da Polícia Civil					
1009	Fundo Especial de Reequipamento Policial - FUNRESPOL	4130.00	29	L	261.026 -	0023
4111	Comando do Policiamento do Interior					
2043	Policiamento ostensivo no Interior do Estado	3120.00	07	L	2.090	0059
2047	Policiamento Florestal	3120.00	07	L	4.000	0059
		3132.00	07	L	1.400	0059
		4120.00	07	L	9.600	0059
4112	Corpo de Bombeiros					
2044	Serviços de Bombeiros	3120.00	07	L	25.000	0059
		4120.00	07	L	70.000	0059
T O T A L					473.057	

SUPLEMENTAÇÃO

A N E X O I I

FL. 02

CR\$ 1.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FT	L	VALOR	N. DO
		DA DESPESA		D R		PROC. COP
4200	Secretaria de Estado da Segurança Pública - Entidades Vinculadas					
4286	Departamento de Trânsito - DETRAN					
1008	Fundo Especial de Reequipamento do Trânsito - FUNRESTRAN	4130.00	28	L	99.941	0023
T O T A L					99.941	

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de superávit financeiro da fonte 28 - Multas por Infração ao Código Nacional de Trânsito- FUNRESTRAN e da fonte 29 - Taxas de Polícia FUNRESPOL, apurado no Balanço Geral do Estado no exercício de 1990 e do ingresso de recursos da fonte 07- Convênios com Órgãos Federais, não previstos no orçamento.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 473.057.000,00 (quatrocentos e setenta e três milhões e cinquenta e sete mil cruzeiros), ao Orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, aprovado pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, conforme Anexo I, desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de superávit financeiro da fonte 28 - Multas por Infração ao Código Nacional de Trânsito- FUNRESPOL, e da fonte 29 - Taxas de Polícia- FUNREPOL, apurado no Balanço Geral do Estado no exercício de 1990 e do ingresso de recursos da fonte 07 - Convênios com Órgãos Federais, não previstos no Orçamento.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo 1º desta Lei, fica suplementado o orçamento próprio do Departamento de Trânsito - DETRAN, aprovado pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, conforme Anexo II, desta Lei.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-

posições em contrário. À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIO

Sob os nºs DTL/SAT/153, 155, 156 e 157/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Sancionado os Projetos de Lei números:

126/91 - De autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que autoriza a substituição de cabines simples por cabines duplas, de veículos tipo pick-up ou caminhonetes, conforme especifica, o qual convertido em Lei, tomou o nº 9.620. Anote-se- Arquive-se.

67/91 - De autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que institui o prêmio "Estado do Paraná" conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.621. Anote-se - Arquive-se.

79/91 - De autoria do Deputado Algaci Túlio, que dispõe sobre a obrigatoriedade da publicação no Diário Oficial do Estado, de atos relativos a provimento, vacância e promoções ou que importem na concessão de quaisquer vantagens ao pessoal da Administração Indireta do Estado, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.622. Anote-se- Arquive-se.

109/91 - De autoria do Deputado Rafael Greca de Macedo, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Cultural e Assistencial São Leopoldo, com sede e foro em Curitiba, Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.623. Anote-se- Arquive-se.

Sob o nº DTL/SAT/154/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº

82/91, por julgá-lo inconstitucional em razão de motivos expostos. A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° DTL/SAT/158/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei n° 026/91, por julgá-lo contrário ao interesse público. A Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1490

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a concessão de Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 249/91, oriundo de mensagem do Poder Executivo, que solicita autorização para abertura de crédito suplementar ao vigente orçamento da SESP, no valor de Cr\$ 473 milhões e cinquenta e sete mil cruzeiros.

Sala das Sessões, em 18.06.91

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO N° 1491

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a concessão de Regime de Urgência dos Projeto de Lei n° 246/91, que estabelece normas de política agrícola estadual.

Sala das Sessões, em 18.06.91

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO N° 1482

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER o cancelamento do Regime de Urgência ao Projetos de Lei n°s 044/91 e 048/91.

Sala das Sessões, em 18.06.91

(a) COSTENARO NETO.

REQUERIMENTO N° 1480

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental e com fulcro nos dispositivos constitucionais e legais, licença do seu mandato parlamentar a partir do dia 22 de junho e até o dia 07 de julho próximo vindouro, a fim de substituir o Senhor Prefeito Municipal de Curitiba, arquiteto Jaime Lerner, que estará em viagem ao exterior, conforme ofício anexo.

Sala das Sessões, 18.06.91

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO N° 1489

Senhor Presidente.

Curitiba, terça, em 18.06.91

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário Votação Nominal para o requerimento protocolado sob n° 01430, deste Poder.

Sala da Sessões, em 18.06.91

(a) MÁRIO BEZERRA.

REQUERIMENTO N° 1430-A

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, com base no disposto no artigo 35, do Regimento Interno, a constituição de COMISSÃO ESPECIAL destinada a patrocinar a discussão, o debate e a condução das ações políticas sobre o plebiscito imposto pela Constituição Federal para 1993, inclusive sua eventual antecipação.

Integrarão esta Comissão Especial Deputados de todos os Partidos Políticos existentes na Casa, funcionando por tempo indeterminado.

Sala das Sessões, em 18.06.91

(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

JUSTIFICATIVA:

Todo país já vive clima de discussão, debate, polemizando sobre a forma e o sistema de Governo adequado, assunto que por imposição constitucional se dará em 1993. Há movimentos visando antecipar este plebiscito. Ao nosso ver, já é inevitável que nosso Estado se envolva neste movimento. E a Assembléia Legislativa do Paraná, onde reside o mais político dos poderes, não pode deixar que o assunto seja conduzido longe daqui. Temos que patrocinar todos os debates, estimular a mais ampla discussão e conscientizar a população sobre o assunto!

REQUERIMENTO N° 1474

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, a consignação em Ata de um Voto de Congratulação à RADIO CULTURA DE MARINGÁ pela passagem de seu 40° aniversário de fundação ocorrido no dia 15 do corrente mês.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos Ilustres Diretores da Rádio Cultura de Maringá, nas pessoas dos Senhores: SAMUEL SILVEIRA - JOAQUIM DUTRA - CARLOS PIOVESAN FILHO e REGINALDO NUNES FERREIRA.

Sala das Sessões, em 18.06.91

(a) JOÃO PREIS.

JUSTIFICATIVA:

Na oportunidade em que a RÁDIO CULTURA DE MARINGÁ, símbolo do orgulho da comunidade maringaense, comemora seu 40° ano de fundação, não poderia este Deputado, na qualidade de representante do povo neste

Parlamento, deixar de registrar o profundo significado desta data e o reconhecimento de sua gente pelos relevantes serviços que prestou ao longo desses anos à Região Noroeste do Estado.

Sem nenhuma dúvida, a Rádio Cultura foi um sustentáculo do processo de desenvolvimento de Maringá. Sempre foi, ao longo de 4 décadas, o instrumento de divulgação das potencialidades da Região, não limitando-se somente no registro dos acontecimentos, mas acima de tudo, tornou-se, de modo notável, porta-voz de todas as iniciativas que objetivassem o engrandecimento ainda maior de Maringá.

Deste modo Senhor Presidente e Senhores Deputados, não poderia, nesta oportunidade, deixar de requerer o merecido registro nos Anais deste Poder Legislativo, o reconhecimento quanto a importância da Rádio Cultura, que ao longo destes anos, manteve sempre uma linha digna de exemplos, fruto de um trabalho sério e altamente profissional desenvolvido por sua equipe, a quem enviamos, em nome de todos os Parlamentares, nossos cumprimentos.

REQUERIMENTO N° 1485

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação no Anais desta Casa, Votos de Congratulações ao Jornal do Estado, pelos seus oito anos de existência, dirigidos os cumprimentos ao Senhor Roberto Barrozo Filho, Diretor-Presidente.

A busca da verdadeira notícia é um permanente e árduo desafio. Persegui-la exige, mais do que bons profissionais, dedicação, tenacidade e coragem, sobretudo para se contrapor quando determinados interesses querem falar mais alto que a verdade. Oito anos pode parecer pouco, mas foi o tempo suficiente para que, sensível à dinâmica dos acontecimentos e às condições sociais em que eles se inserem, o Jornal do Estado, vai sucessivamente escrevendo partes importantes do jornalismo, particularmente do Paraná, a ele se indentificando no semblante do seu povo, trabalhador e hospitaleiro.

Desta forma, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o registro nos Anais desta Casa se faz imbuído sobretudo no profundo desejo que o Jornal do Estado consolide cada vez mais a sua atuação, calcada no respeito e na dignidade junto aos seus leitores.

Sala das Sessões, em 18.06.91

(a) TOTI COLAÇO.

REQUERIMENTO N° 1488

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, desta Casa, REQUER, VOTOS DE CONGRATULAÇÕES PELO 83° ANIVERSÁRIO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL.

Requeiro, ainda, após aprovação do presente, seja enviado expedientes: à Associação Cultural e Esportiva de Londrina - ACEL, à Igreja Budista Honganji de Londrina, e à Associação Cultural Recreativa Okynawa de Londrina - ACROL.

Sala das Sessões, em 18.06.91

(a) JOSÉ TAVARES.

JUSTIFICATIVA:

Parabenizo e homenageio os imigrantes japoneses e seus descendentes pelo 83° aniversário da imigração japonesa no Brasil e saliento ainda, a competência e o trabalho desse povo que tiveram participação decisiva no progresso do nosso País.

REQUERIMENTO N° 1492

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Clevelândia pela passagem do 99° aniversário de sua emancipação política.

REQUER outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Antônio Celso Bortolini, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito Senhor Jenyr Crestani, bem como a todos os Senhores Vereadores.

Sala das Sessões, em 18.06.91

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 28 de junho o município de Clevelândia estará comemorando festivamente seus 99 anos de fundação.

Clevelândia, fruto da visão administrativa de sucessivos governos municipais e de seu povo trabalhador, conta hoje com extraordinário surto de progresso, razão por que é denominado "Portal do Sudoeste".

É com orgulho, portanto, que o povo de Clevelândia comemora o 99° aniversário de seu município. A certeza de dias melhores, aliada a tudo o que o povo de Clevelândia já conquistou com o trabalho desenvolvido pelo seu atual Prefeito Antônio Celso Bortolini, e, com respaldo de seus representantes, e a colaboração de toda a comunidade satisfatoriamente se transformará numa realidade.

Clevelândia se aproxima do centenário de sua fundação com um estilo moderno de ser, mas sem perder suas raízes e sem perder o seu passado de glórias e sua história.

Nesta data tão significativa, todo o povo de Clevelândia é credor de nossa ho-

menagem e do nosso reconhecimento, na certeza de que continuará com a mesma garra e a mesma pujança sendo exemplo e cópia modelo para os demais municípios paranaenses.

REQUERIMENTO N° 1475

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a concessão de voto de louvor por brilhante trabalho desenvolvido pela Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, em prol do povo paranaense, em especial ao Norte Pioneiro, nas pessoas de seu Secretário Deputado Dejalma de Almeida César e Diretor Geral Dr. Antonio Cesar Carvalho Benoliel.

Sala das Sessões, em 18.06.91

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

Nosso pedido encontra respaldo no fato de se pretender homenagear aos abnegados dirigentes daquela Secretaria, sempre voltados à causa pública e prontos ao atendimento das justas reivindicações.

REQUERIMENTO N° 1476

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de solicitação oficial à Secretaria de Estado da Educação solicitando a implantação de ensino de 2° Grau na Escola Estadual Adai-le Maria Leite de Maringá.

Sala das Sessões, em 18.06.91

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

Fora de qualquer dúvida, a Escola Estadual Adai-le Maria Leite, representa um dos verdadeiros expoentes do processo de ensino existente naquele Município, onde a preocupação quanto a qualidade de ensino oferecida é uma constante por parte dos Professores e da Direção Escolar.

Podemos enumerar, entre outros, os seguintes fatos que nos levam a formular a presente solicitação:

1 - Distância relativamente grande da Escola mais próxima onde funciona o ensino de 2° Grau, trazendo, em função disso, problemas, tendo em vista que, em sua maioria os pais não possuem recursos para pagar diariamente o transporte de seus filhos.

2 - Escola localizada em Zona Residencial onde, nos últimos anos, o crescimento tem sido bastante acentuado, necessitando pois, uma continuidade do ensino para aqueles que concluem o 1° Grau.

3 - Pela sua localização, a Escola atende ainda, grande número de alunos oriundos da Zona Rural.

4 - Cabe ressaltar, finalmente, que

Curitiba, terça, em 18.06.91

nos últimos anos a evasão escolar existente nos estabelecimentos de ensino, aumentaram a cada ano, fruto também, entre outras causas, da impossibilidade dos jovens em conseguir manter-se, notadamente ante o deslocamento empreendido.

Deste modo, que essa Secretaria determine a implantação do ensino de 2° Grau naquele estabelecimento de ensino, visando proporcionar com esta medida, a tranqüilidade aos jovens estudantes da comunidade local.

REQUERIMENTO N° 1478

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER sejam oficiados os Excelentíssimos Senhores Ministro da Infra-Estrutura, João Santana, o Secretário Nacional dos Transportes, José Henrique D'Amorin Figueiredo, o Diretor Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Carlos Perrussi Loureiro Alves, e o Chefe do 9° Distrito Rodoviário Federal - Paraná, Hamilton Lancia, no sentido de manifestar a preocupação desta Assembléia Legislativa acerca da urgente necessidade de recuperação da Rodovia BR 376, no trecho compreendido entre os municípios de Presidente Castelo Branco e Paranavaí.

Sala das Sessões, em 18.06.91

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A BR 376, no trecho que liga os municípios de Presidente Castelo Branco a Paranavaí, um dos maiores corredores de escoamento das riquezas do Paraná, está praticamente intransitável. As más condições da estrada comprometem os investimentos de agricultores, industriais e comerciantes em toda a região, pois não cumpre a sua destinação original de fazer transitar com eficiência a riqueza ali produzida. O Paraná perde com o descaso da União no que se refere à manutenção de sua malha viária; a BR 376, neste trecho de aproximadamente 60 (sessenta) quilômetros, não satisfaz a região naquela sua atribuição específica de fazer circular com tranqüilidade e celeridade as produções agrícolas, industriais e agroindustriais geradas pelo trabalho do povo da localidade.

Caso a BR 376 não receba do governo federal a merecida atenção, a região de Paranavaí deverá restar isolada do resto do Estado, proscrita economicamente, com uma população condenada ao atraso. As estradas, para a região, são significado de integração e desenvolvimento, pela ligação às regiões mais centrais do Estado; da mesma forma, isolando aquela região altamente produtiva de produtos agrícolas e agroindustriais, destinado a ser um grande

produtor de alimentos, as regiões com menor potencial agrícola serão, efetiva e compulsoriamente prejudicadas no que se refere ao abastecimento de alimentos às suas populações.

Necessário faz-se, portanto, que as autoridades federais ligadas à manutenção da malha viária sob responsabilidade da União, atentem para a necessidade de preservação da BR 376, especialmente no trecho entre os municípios de Presidente Castelo Branco e Paranaíba, sob pena de prejudicar a circulação de riquezas no Estado do Paraná.

REQUERIMENTO N° 1479

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná Roberto Requião, manifestando a preocupação desta Assembléia Legislativa com a necessidade urgente da recuperação da Rodovia PR 457, num trecho de aproximadamente 60 (sessenta) quilômetros, ligando o Distrito de Placa Luar aos municípios de Lunardelli, São João do Ivaí e São Pedro do Ivaí.

Sala das Sessões, em 18.06.91

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A região compreendendo o distrito de Placa Luar e os municípios de Lunardelli, São João do Ivaí e São Pedro do Ivaí é responsável por uma grande produção agrícola, industrial e uma significativa movimentação comercial na região do Vale do Ivaí. Necessita, para movimentar suas riquezas, e até para fomentar o seu desenvolvimento, para o que tem inegável vocação, de melhores rodovias. Infelizmente a Rodovia PR 457 está em péssimo estado de conservação, sendo um entrave ao progresso e desenvolvimento locais, na medida em que desestimula os investimentos de agricultores e empresários na região em razão das condições da malha viária local.

Ademais, o péssimo estado da Rodovia PR 457 é responsável por inúmeros acidentes fatais, que vitimam pessoas da localidade e acarretam grandes perdas pessoais para as famílias da região. Esta situação deve mudar para a localidade que tem nos seus habitantes uma gente trabalhadora e imbuída das melhores intenções de desenvolver o nosso Paraná. O Estado, por sua vez, deve cumprir, com exatidão, as suas atribuições, que no caso dizem respeito a dar condições de tráfego à PR 457, possibilitando que as riquezas da região circulem, os investimentos voltem a existir e que pessoas não mais sejam vitimadas em acidentes decorrentes das condições insatisfatórias de conservação da rodovia.

Necessário faz-se, portanto, que esta Casa de Leis manifeste a sua preocupação com a urgente necessidade de recuperação da rodovia que liga aquelas localidades que muito contribuem para o progresso paranaense.

REQUERIMENTO N° 1484

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado ofício endereçado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, propondo à implantação do ensino de 5.^a à 8.^a séries na localidade de Angaí, pertencente a municipalidade de Teixeira Soares.

Com uma população estimada atualmente em mais de 2500 pessoas, Angaí não dispõe ainda desse nível de ensino. Para tal, são obrigados a percorrerem diariamente 14 quilômetros até Bituva das Campinas, o que, apesar do transporte colocado por parte do Poder Público, mesmo assim não consegue evitar o considerado índice de evasão, deixando muitas crianças privadas do saber.

Em nome do Senhor Prefeito João Inácio Roos, espera-se que essa Pasta viabilize, no menor prazo de tempo possível, a realização deste justo pleito.

Sala das Sessões, em 18.06.91

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1465-A

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Mário Pereira, solicitando a duplicação da PR 323 - perímetro urbano-, bem como a construção de 02 trevos, com viadutos, na PR 323 - nos acessos principais à cidade de Cianorte.

Sala das Sessões, em 18.06.91.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

O município de Cianorte vem obtendo expressivo desenvolvimento industrial, sendo que grande parte das indústrias está instalada às margens da Rodovia PR 323, aumentando consideravelmente o tráfego de veículos naquele trecho e, conseqüentemente, aumentando também o número de acidentes no local.

REQUERIMENTO N° 1466

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Seguran-

ça Pública, José Moacir Favetti, solicitando a construção da nova Delegacia de Polícia do Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 18.06.91.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

O município de Cianorte teve considerável aumento de população nos últimos anos, bem como expressivo desenvolvimento comercial e industrial, fatos que atraem a atenção e ação de bandidos e marginais.

A atual Delegacia de Polícia do Município não possui espaço físico suficiente à demanda da cidade, razão pela qual efetuamos a presente reivindicação.

REQUERIMENTO N° 1467

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Mário Pereira, solicitando a pavimentação asfáltica do trecho Cidade Gaúcha - Três Placas - Guaporema.

Sala das Sessões, em 18.06.91.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

Esta é uma antiga reivindicação dos municípios de Cidade Gaúcha e Guaporema, devendo constar nos arquivos da Secretaria de Transportes diversas solicitações das autoridades de administrações anteriores, de ambos os Municípios, uma vez que se trata de região essencialmente agropecuária, com alta produção, necessitando de melhores condições viárias para escoamento de safra e produção.

REQUERIMENTO N° 1468

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Mário Pereira, solicitando a pavimentação asfáltica do trecho Cianorte - Companhia Lorenz -, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 18.06.91.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

A Companhia Lorenz representa um grande avanço para o desenvolvimento industrial de Cianorte, uma vez que se trata da maior e única indústria de química fina do país e da América do Sul, gerando milhares de empregos diretos e indiretos, onde está sendo feito um investimento aproximado de 95 milhões de dólares.

Com o início de funcionamento previsto para breve, surge a necessidade urgente da ligação asfáltica da indústria com a PR 323, uma vez que aumentará consideravelmente o fluxo de veículos de grande porte,

Curitiba, terça, em 18.06.91

para o transporte de produção da empresa, especialmente para o Porto de Paranaguá e outros Estados da Federação.

Tendo em vista a grande importância que a empresa representará para o Município, região e o Estado do Paraná é que fazemos a presente reivindicação.

REQUERIMENTO N° 1469

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Mário Pereira, solicitando a pavimentação asfáltica do trecho Tuneiras do Oeste - Distrito de Aparecida do Oeste.

Sala das Sessões, em 18.06.91.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

Esta representa uma antiga reivindicação das autoridades e comunidade do Distrito de Aparecida do Oeste, tendo sido efetuada diversas vezes aos governos anteriores.

O terreno da região, de arenito caluá, torna-se intransitável nos dias de chuva, dificultando o transporte em casos emergenciais, bem como o escoamento da produção, uma vez que se trata de um Município essencialmente agrícola, sendo que o Distrito possui produção agropecuária maior que a própria sede.

REQUERIMENTO N° 1470

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao diretor do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN -, Francisco Deliberador Neto, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, solicitando a construção da sede própria da 26.ª Ciretran de Cianorte.

Sala das Sessões, em 18.06.91.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

A 26.ª Ciretran de Cianorte encontra-se instalado precariamente em antigo prédio construído em madeira pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e cedido ao DETRAN, não oferecendo as mínimas condições de segurança, uma vez que o órgão possui grande volume de documentos em tramitação e arquivo.

Esclarecemos, ainda, que Cianorte já foi contemplada com recursos do Governo do Estado na administração anterior, para construção da sede própria da Ciretran, em convênio com a Prefeitura Municipal, sendo que os recursos já se encontravam disponíveis no orçamento do Estado mas, lamentavelmente, não houve interesse e compreen-

são da administração municipal anterior e o Prefeito retirou o convênio da Câmara Municipal, onde o mesmo aguardava votação, o que acarretou grande prejuízo à cidade e à população de Cianorte.

REQUERIMENTO N° 1471

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública do Estado, expediente solicitando 01 (uma) viatura para prestar serviços junto à Delegacia de Polícia do município de Santa Cruz do Monte Castelo, para garantir maior segurança à comunidade.

Sala das Sessões, em 18.06.91.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 1472

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, expediente solicitando 01 (uma) viatura para prestar serviços junto à Delegacia de Polícia do município de São Jorge do Patrocínio, para garantir maior segurança à comunidade.

Sala das Sessões, em 18.06.91.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 1473

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado à Secretaria de Estado da Agricultura, expediente solicitando vacinação de animais de pequeno porte do município de IPORÃ.

Sala das Sessões, em 18.06.91.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Considerando a total falta de cuidado por parte da população e Iporã com seus animais de pequeno porte, devido não a desinteresse, mas à falta de informação à respeito dos cuidados a serem tomados, fato de que vem causando a morte prematura de elevado número de animais, sugere-se que desenvolva uma ampla campanha de vacinação no Município, orientando, através de seu pessoal técnico, a população nos cuidados e atenções a serem tomados em relação aos mesmos.

REQUERIMENTO N° 1486

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetido expediente ao Ilustríssimo Senhor Presidente do BANESTADO - Banco do Estado do Paraná, e ao Ilustríssimo Senhor Diretor de Marketing, objetivando a inclusão do município de Irati na divulgação encetada em favor de outras cidades.

Valendo-se da iniciativa do nobre Vereador Romeu Ribeiro Batista e com apoio unânime dos demais integrantes do Legislativo, o município de Irati tem mais de 80 anos de história, como uma das primeiras ocupações existentes no Paraná, cuja contribuição cultural, política, social e econômica é inegável, se constituindo em incontestáveis exemplos para a história e às gerações futuras do Estado.

Neste sentido, em acatamento a oportuna sugestão, espera-se que haja a devida consideração por parte dessa conceituada instituição creditícia.

Sala das Sessões, em 18.06.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1483

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetida correspondência dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Fazenda, no sentido da implantação de um terminal de computação junto a Receita Estadual sediada na municipalidade de Irati.

Sem a menor dúvida, o município de Irati como pólo regional do Centro-Sul, centralizando conseqüentemente outras oito cidades, representa cada vez mais parcelas importantes na estrutura fiscal do Estado, em face do seu potencial econômico que tem se incidido na arrecadação do Paraná como um todo. Neste sentido, hoje tendo que se deslocar até Guarapuava, distante a mais de cem quilômetros, o contribuinte se vê permanentemente com um obstáculo não mais admissível para uma região que já reúne condições de sobra para contar com o mencionado tipo de serviço, que porá fim a muitos transtornos.

Pelas razões expostas, espera-se que essa Pasta dê o necessário respaldo ao assunto em tela.

Sala das Sessões, em 18.06.91.

(a) TOTI COLAÇO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 255/91
A Assembléia Legislativa do

Curitiba, terça, em 18.06.91

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - A Polícia Rodoviária Estadual interceptará todos os veículos identificados como táxis, que trafeguem em rodovia intermunicipal jurisdicionadas pela Polícia Rodoviária do Estado, para conferência de documentos de identificação do condutor e de passageiros.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.06.91.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Apoiamento:

Colombino Grassano, Emília Belinati, Mário Bezerra, Rossoni e Heinz Herwig.

JUSTIFICATIVA:

Freqüentes têm sido os casos de delitos cometidos contra motoristas de táxi em praticamente todas as cidades do Estado. Seqüestros, roubos seguidos de homicídio e várias outras barbaridades estão sendo praticadas sem que seja constatada a punição à maioria dos delinqüentes, face à inexistência de um programa preventivo específico que garanta as mínimas condições de tranquilidade necessárias a estes profissionais que, com o seu serviço desempenham funções relevantes à população.

A interceptação dos veículos e a identificação do condutor e passageiros, nos moldes em que se apresenta através deste projeto, viabilizará uma ação mais contundente no sentido de coibir a violência a que são sujeitos os motoristas de táxi paranaenses.

Outros Estados da União já adotaram medidas semelhantes, obtendo resultados satisfatórios, reduzindo sensivelmente os delitos que envolviam taxistas.

Diante do exposto, certos da grandeza pública dos parlamentares paranaenses que compõem esta Casa, esperamos a aprovação do douto Plenário para esta iniciativa.

PROJETO DE LEI Nº 256/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado o município de Ariranha, desmembrado do município de Ivaiporã, conservando-se as divisas e confrontações do atual Distrito Administrativo e Judiciário de Ariranha, município de Ivaiporã.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 18.06.91.

(a) EDSON SILVA LINO

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Ariranha, criado pela

Lei n. 5671, de 18 de outubro de 1967, preenche todos os requisitos necessários para a sua emancipação política, consoante a Lei n. 56/91.

No que se refere a seu aspecto sócio-econômico, não resta dúvida de sua prosperidade, haja vista, estar encravado em uma das regiões mais ricas de nosso Estado. Suas terras são férteis e constituídas de pequenos e médias propriedades.

É importante ressaltar que todos os países desenvolvidos do mundo passaram, compulsoriamente, por uma fase de descentralização administrativa, seja na América do Norte, seja na Europa, seja nos países socialistas.

A França tem o tamanho da Bahia, sendo menor que o Estado de Minas Gerais, e, está subdividido em 97 (noventa e sete) Estados - denominados "Departamentos" - e, possui 35.000 (trinta e cinco mil) municípios; a Alemanha tem 248.000 km² (duzentos e quarenta e oito mil quilômetros quadrados) de área territorial, exatamente igual à área territorial do Estado de São Paulo, e está subdividida em 18 (dezoito) "Cantões" - cada um correspondente a um Estado - e, tem, aproximadamente, 14.000 (catorze mil) municípios. A URSS conta com 55.000 (cinquenta e cinco mil) "Câmaras".

O Brasil é 35 (trinta e cinco) vezes maior que a Alemanha e 16 (dezesesseis) vezes maior que a França, contando, com somente 27 (vinte e sete) Unidades Federativas, e aproximadamente com 4.500 (quatro mil e quinhentos) municípios.

Parece-nos, deste modo, salutar a emancipação política do distrito ora em questão.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, com a palavra o Senhor Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na semana passada, desta tribuna denunciei a situação do Hospital Regional de Cascavel. Estive também, na semana passada, naquela instituição pública, onde pude constatar a veracidade das informações que me foram prestadas.

O Hospital Regional de Cascavel, que foi concebido para dar atendimento de boa qualidade e dar dignidade aos pacientes pobres de uma grande região do Estado do Paraná, estava com a sua capacidade profundamente subutilizada.

Mais do que isto. Em contatos com a Promotoria Pública, com funcionários e profissionais que prestam serviço àquele Hospital, tomei conhecimento de uma série de denúncias de irregularidades naquele

nosocômio. A direção do Hospital Regional de Cascavel, indicada por um conselho comunitário e que, por sua vez, foi formado pelo comando político do PMDB local, administrava o Hospital Regional, sem qualquer critério na utilização do dinheiro público. Compras de materiais a preços exorbitantes. A utilização de um hospital público para internamento particular de doentes. A utilização escandalosa de um hospital público, onde colocavam doentes em fase terminal, os que não davam mais lucro nos hospitais particulares, jogavam no Hospital Regional; enquanto pacientes lucrativos eram encaminhados à rede privada.

As denúncias do Hospital Regional remontam a própria construção do prédio daquela instituição de saúde. Perduraram até na aquisição de equipamentos que giraram em torno de dez milhões de dólares, denunciados insistentemente com documentação farta pelo então presidente da Associação Médica do Paraná.

Nada se fez naquele momento para solucionar o problema.

Em Cascavel, numa reunião com líderes comunitários e o Prefeito de Cascavel, tive conhecimento que se realizaria ontem aqui, em Curitiba, na Secretaria de Saúde, uma reunião para esclarecer a questão do Hospital Regional. Na ocasião, me convidei a participar desta reunião, porque como único representante do município de Cascavel, preocupado com a situação daquela importante instituição de saúde, conhecedor dos assuntos que cercavam a situação daquele Hospital, gostasse ou não o PMDB local, tenho o direito, o interesse de participar da discussão dos destinos daquela instituição.

Para minha surpresa, fui desaconselhado a participar desta reunião, onde tomou conhecimento que estavam lá o Secretário de Transportes - que não sei o que fazia lá - o Prefeito Municipal, o diretor do tal "Conselho Comunitário", diretores do Hospital Regional. Parece-me que formaram um círculo, onde todos os rabos estavam amarrados uns aos outros e não pude entrar.

Mas hoje, para minha surpresa, constatei, indignado, que o nosso Secretário de Saúde do Paraná admite, claramente, que a auditoria realizada pela Fundação Caetano Munhoz da Rocha, apontou irregularidades e quebra de confiança, e nomeou um interventor naquela instituição. Todavia, muito estranhamente, manteve na direção daquela Casa os principais acusados e envolvidos nas denúncias.

Então, vejam os Senhores, agora estará lá em Cascavel, o interventor a tomar cafézinho com os principais envolvidos, vão fazer um levantamento, todos na mesma sa-

la, um abrindo gaveta para o outro, puxando cadeira. É uma situação estranha. Eu quero registrar aqui a minha indignação de como são tratadas essas questões de tanta gravidade. Eu, sinceramente, não esperava que o nosso Secretário de Saúde do Estado do Paraná, fosse acobertar fatos como este. Fica claro que a reunião realizada ontem, não passou de uma faxina, onde colocaram a sujeira embaixo do tapete, tentando minimizar a situação que está ocorrendo naquele Hospital. Quero aqui, de público, pedir à Bancada do Governo que informe ao Governador do Estado, se é que ele não sabe, dos fatos, para que tome providências enérgicas e duras no sentido de apurar o que está ocorrendo em Cascavel, e principalmente, até o momento, nenhuma palavra foi dita de que forma se pretende regularizar a situação do Hospital Regional de Cascavel, que está sendo profundamente atingido, está sendo desativado, a população não está sendo atendida adequadamente.

Então, eu quero aqui, agora, registrar a minha profunda decepção pelo comportamento do Secretário de Saúde, a quem tinha em conta como sendo uma pessoa honesta.

Parece-me que esse acobertamento do que está ocorrendo em Cascavel, comprometerá a imagem do Governador no seu primeiro escalão. E eu espero que o PMDB, o Governador do Estado, tenha a sensibilidade para não compactuar com esse tipo de maracutaia, ainda mais quando se trata de uma instituição de saúde mantida pelo bolso dos trabalhadores rurais, os trabalhadores urbanos e que prestam serviço inestimável e essencial à população.

Era isso, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Lê): "Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Os usineiros do Nordeste do País acabaram levando a melhor na sua dívida para com o Banco do Brasil, e conseguiram um reescalonamento para o pagamento, de duzentos e cinquenta e oito bilhões de cruzeiros, prazo de 10 anos. Isto nos leva a refletir sobre o recente encontro de governadores ocorrido há poucos dias.

Os Governadores dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que estiveram reunidos em Curitiba, na última semana, reclamaram um tratamento federativo mais consuetâneo com a contribuição da Região Sul.

De fato, nossa área geográfica tem um peso importante no balanço nacional, com 577 mil km². Ou apenas 7% do território pátrio, a Região Sul detém 23 milhões de

habitantes, ou 15% da população nacional.

Mais importante é a contribuição dos três Estados sulinos na economia: juntos, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, detêm 20% do poder econômico nacional incorporado no chamado "Produto Interno Bruto". Considerada uma região rica, o Sul produz mais de 50% da tonelagem de grãos cultivados no País; gera mais de 30% das exportações industriais e mais de 35% da exportação de grãos e derivados.

A população brasileira dos Estados sulinos é qualificada como a mais alta formação escolar; as cidades são reprodução do padrão europeu; a vocação de trabalho qualificado e afanoso, é medida pelo fato de que aqui se registra o maior número médio de horas extras trabalhadas no País.

Não obstante, nossa contribuição não está tendo retorno em termos da Federação brasileira.

O Sul tem uma representação política que opera de forma modesta, o que se evidencia dramaticamente na composição da Câmara dos Deputados, onde nossos 78 representantes se diluem diante da massa representada por Parlamentares do Nordeste, do Norte e Centro-Oeste, numa situação que, o respeitado colunista de imprensa, Carlos Castello Branco, alerta como podendo conter a "semente do separatismo".

É que, os Estados principais do Centro-Sul do Brasil, congregam sólidos dois terços da população; dois terços da renda; dois terços dos alfabetizados - mas só comandam um terço das bancadas da Câmara dos Deputados, perdendo para os pequenos Estados de escassa população das Regiões Nordeste e Nortistas.

Ademais desta situação genérica, a representatividade política dos Estados do Sul, em especial, é reduzida pelo hábito muito nosso, de trabalharmos em separado. Enquanto os nordestinos comparecem em bloco no Palácio Presidencial, nos edifícios dos Ministérios, nos grandes Bancos Federais, para pressionar por soluções favoráveis a seus Estados, os paranaenses, catarinenses e gaúchos, reivindicam isolados.

Muitas vezes, o isolamento é até mais grave: o Parlamentar sulista atua sozinho, sem sequer coordenar sua reivindicação com os demais companheiros de Bancada, ou colegas de representação estadual.

Os resultados pífios desse modo de proceder estão sendo contestados, em boa hora, pelo alerta levantado por diversos observadores da cena política e incorporado pelos Governadores do Sul.

Essas autoridades do Poder Executivo Estadual lançaram a tese de que a dívida pública dos três Estados - girando em torno de 1,5 trilhão de cruzeiros - deve ser renegociada nas mesmas bases obtidas por outros Estados brasileiros; e nas bases

similares às que o Governo da União obteve para seus próprios débitos.

É de se comprovar que a parcela paranaense nesse conjunto é diminuta: 100 bilhões de cruzeiros, ou o equivalente a apenas 17 dias da arrecadação estadual, como lembrou o Governador Roberto Requião. O montante principal cabe aos outros parceiros estaduais, notadamente o Rio Grande do Sul, devedor da parcela de 1 trilhão de cruzeiros - ou 17 meses de sua arrecadação estadual.

Não importa, a dívida é regional e regionalmente deve ser renegociada. Ainda recentemente, os Governadores do Nordeste, Norte e Distrito Federal, levaram 40 bilhões de cruzeiros da União, como reescalonamento de suas dívidas e recursos novos. Sem falarmos nos gordos repasses assegurados ao Governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola; nos refinanciamentos das dívidas dos usineiros de açúcar do Nordeste, etc.

É que essas lideranças aprenderam a reclamar unidas, em todos os escalões do Poder Federal, mas especialmente junto ao Palácio do Planalto.

No elenco de reivindicações do Sul, devemos situar problemas históricos, como a ausência de um Banco Regional de fomento, que na Constituição Federal foi assegurado para as outras Regiões ditas em desenvolvimento; o equilíbrio econômico-financeiro do BRDE ou situação similar que nos permita um banco de médio prazo para operações de apoio à industrialização, agrícola, desenvolvimento urbano e, especialmente, uma linha de recursos para recuperarmos nossas rodovias hoje danificadas, e que se estendem por 23 mil quilômetros; além de urgências do Paraná, como a duplicação da "Rodovia da Morte" (BR-116); construção da FERROESTE para termos condições de competição na exportação de nosso soja do Oeste paranaense, etc.

É uma luta árdua, bem o sabemos. Mas sem luta, pouco do que se obtém vale a pena.

O Governador Requião já esteve em Brasília para sensibilizar a Bancada Federal do Paraná para o problema; ao tempo em que incentiva a consolidação da Bancada Parlamentar da Região Sul.

Mas, pergunto: e o papel das Assembléias Legislativas Estaduais nesta questão? Durante a Constituição Estadual, pensou-se estruturar um órgão de consulta das três Assembléias sulinas, à feição do Conselho CODESUL para os representantes do Executivo. A proposta não vingou à época, embora tenha sido ensaiada, há mais de 20 anos, dentro de um projeto então formulado pelo ex-Deputado Túlio Vargas.

As Assembléias Legislativas Estaduais detêm função constitucional relevante:

elas podem, por iniciativa própria, propor a revisão da Constituição da União, porque na origem do sistema federativo, estavam unidades políticas autônomas os Estados - representados pelas respectivas Assembléias. Por isso é que proponho aos nobres Pares, que resgatemos o perfil histórico da contribuição das Assembléias Estaduais nesta conjuntura.

Vamos unir nossos esforços aos dos irmãos catarinenses e gaúchos, secundando e reforçando a ação de nossos Governadores, para exigir o redimensionamento da Federação em termos de um renovado equilíbrio dos que produzem mais, e contribuem melhor, para os fundos públicos comuns, e que reclamam o justo retorno pelo muito que contribuíram.

Que a Assembléia do Paraná troque intercâmbio com as Assembléias de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, para consertarmos o Conselho Parlamentar do Sul e, ombreados com o CODESUL, trabalharmos pela prosperidade de nossa gente; deste Brasil Meridional que sustentou a fronteira, civilizou a terra e construiu o progresso pelo trabalho!" (Termina de ler)

Seria o caso, Senhor Presidente e nobres Deputados desta Assembléia, revigorar um projeto apresentado pelo então Deputado Túlio Vargas, se não me engano, na década de setenta. É um projeto que medrou e até quase vingou, porque nós fizemos diversas reuniões. Fizemos reuniões com as Assembléias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul em Porto Alegre; com as Assembléias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina em Florianópolis e com as Assembléias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul aqui em Curitiba. As negociações corriam avançadas, mas vivia-se naquele momento sob a instituição do Ato Institucional nº 05, e forças estranhas a essa união concorreram para que o projeto do então Deputado Túlio Vargas dormisse nas gavetas da Assembléia Legislativa do Estado. Seria o caso de nós revigorarmos este projeto, de nós estabelecermos esse contacto com as Assembléias co-irmãs de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, para que juntas, para que unidas, também a Bancada Federal, consigamos, a exemplo dos nordestinos, trazer para o Paraná todas as benesses que nós fazemos jus, pela imensa contribuição econômica que nós damos ao País, que nós damos ao nosso balanço, porque se não forem os Estados do Sul, o nosso balanço comercial estaria completamente desequilibrado. Todos os "superávits" que nós temos na balança comercial, nós conseguimos através das exportações, principalmente dos artigos primários do Sul. E a industrialização desses artigos se faz necessária. Estes passos dados pelos Governadores do Paraná, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina,

foram muito importantes, mas não é o bastante. É necessário que as Assembléias também movimentem as suas forças porque, afinal de contas, aqui é que trabalham os legítimos representantes da população do Paraná, bem como em Santa Catarina, os catarinenses e no Rio Grande do Sul, os gaúchos.

Portanto, Senhor Presidente, a exemplo do que bem expôs, secundando as palavras do nobre Deputado Algaci Túlio, ele na sua luta pela reestruturação do BRDE e do próprio BADEF vem, mais ou menos, ao encontro desta tese de que o banco de fomento é realmente necessário, um banco de fomento para que possa coordenar as atividades industriais dos três Estados sulinos.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Renato Adur.

O SR. RENATO ADUR - (Lê): "Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Citado pelo nobre Deputado Doutor Rosinha, em discurso proferido no Pequeno Expediente de ontem, acerca de entrevista minha divulgada no Jornal "Curitiba Hoje", - dia 16 passado, pág. 03 - que integro a estas explicações, cumprio observar alguns detalhes que fugiram a sua apreciação crítica, e outros que foram distorcidos por Sua Excelência, não obstante a sua acurada perspicácia e indiscutível inteligência.

PRIMEIRO: até por formação acadêmica, sem reservas, sempre respeitei a soberania das decisões judiciais. Desta forma, desde que a Justiça restaurou o lesado direito trabalhista dos professores da Universidade Estadual de Londrina - UEL, defendo que devem ser ressarcidos. Entretanto, há outras formas de prover-se a execução da respeitável sentença judicial sem que, sob uma injustiça, não se cometam outras injustiças que possam refletir-se sobre os setores mais desamparados da sociedade, como vêm intentando os senhores professores. Não posso, e não tenho como admitir, diante dos meus conceitos éticos, que a execução de sentença tenha, necessariamente, de recair sobre verbas destinadas a cumprir uma função social de extrema importância e vital, como são os recursos do Sistema Único de Saúde - SUDS, destinados para atender os indigentes de toda a Região Norte do Paraná. É uma insensibilidade monstruosa a que se perpetraria. Não acredito, assim, que o próprio Deputado Doutor Rosinha, tão conhecido pelo seu conhecido sentimento social, de sã consciência, possa apoiar esta espécie de ação, uma vez que aqueles também são trabalhadores, com uma agravante: a saúde debilitada.

SEGUNDO: alegou o nobre Deputado, para consubstanciar a sua crítica, que durante quatro anos me omiti dos problemas administrativos do Estado, e com isso, de todos os problemas da educação universitária estadual, para defender incontinentemente o programa administrativo do Governo Álvaro Dias, o que é, ao menos, um equívoco de avaliação de Sua Excelência.

Na legislatura passada, o meu mandato restringiu-se a um ano apenas. E, diferente do que sugere Sua Excelência, a discutível autonomia administrativa e financeira universitária, que hoje se constitui o empecilho maior para a execução da sentença judicial proferida, votada neste Plenário, não me incluía entre os Parlamentares, embora contasse, sim, com a sempre ativa presença do nobre Deputado Pedro Tonelli, brioso Líder da Bancada Petista, defendendo e votando favoravelmente contra a intervenção do Estado nesses assuntos, tão relevantes, à época, quanto inoportunos representam ser hoje.

TERCEIRO: insisto em que não é lícito e não é humano que se subordine a vida e a saúde de milhares de pessoas da Região Norte do Paraná, à insensibilidade do Sindicato dos Professores Universitários, em manter retidos os recursos do SUDS, quando existem outras alternativas legais, menos drásticas, para realizar o seu direito.

Como se observa, a medida da inteligência de Vossa Excelência, nobre Deputado Doutor Rosinha, em que pese a minha estima e a minha consideração, neste episódio, é inversamente proporcional à medida do seu juízo crítico.

PUBLICAÇÃO: "Curitiba Hoje"

DATA: 16.06.91

PÁGINA: 03

SEÇÃO: "Polinotas (Política acima de tudo)"

ITEM:

PROFESSOR RESPONSABILIZADO

Segundo o Deputado Renato Adur, a atitude predatória dos professores da UEL causa problemas ao hospital.

"O resultado da atitude predatória dos professores da Universidade Estadual de Londrina começa a revelar seus efeitos perversos justamente sobre as camadas mais carentes da população". O desabafo, em tom indignado, foi feito ontem pelo Deputado Renato Adur ao tomar conhecimento do estado de precariedade do Hospital Universitário, onde a verba destinada ao atendimento de indigentes foi bloqueada pela "indústria das ações trabalhistas", montada naquela universidade.

Essa "indústria" que já produziu Cr\$ 6 bilhões em indenizações trabalhistas, só na UEL, é apontada pelo Deputado como responsável direta pelo caos que já ameaça o

Hospital Universitário. Uma instituição que deveria atender pessoas carentes de todo o Norte do Estado. Ele lembra que no último dia 12 os professores embargaram judicialmente uma verba de Cr\$ 57 milhões repassada pelo Governo Federal, através do SUDS, destinada exclusivamente ao atendimento de indigentes.

ATITUDE DESUMANA

Confiscar dinheiro do atendimento médico de indigentes é uma atitude que só posso classificar como desumana, afirmou Adur. O Deputado garantiu que não ficará surpreso se entre os professores que estão movendo essa ação que confiscou o dinheiro destinado ao HU se encontrarem alguns médicos. "Tal é a violência, voracidade e inconsciência com que os professores se atiram sobre o patrimônio da Universidade que não consigo sequer duvidar que profissionais da medicina, que têm como dever primeiro salvar e preservar vidas humanas, estejam entre os que subscreveram essa ação trabalhista que envereda por caminhos criminosos".

O Deputado voltou a enfatizar que os autores dessa ação, que bloqueou o dinheiro do SUDS, passam a ter, a partir desta semana, responsabilidade criminal, pelos danos à saúde ou eventuais óbitos decorrentes da falta de equipamento hospitalar ou medicamentos que poderiam ter sido adquiridos com a verba do Governo para o HU bloqueado pelos professores.

MENTIRAS

O Deputado lembrou que, dois dias atrás, preocupado com a situação do hospital e com as denúncias dos professores de que o Governo do Estado não estaria repassando os recursos devidos ao Hospital Universitário dirigiu-se à Secretaria de Ciências e Tecnologia para verificar a situação e, se necessário, gestionar em favor da Universidade.

"Através de documentos pude constatar que os responsáveis pelo Hospital Universitário estavam divulgando informações falsas para a sociedade paranaense", diz Adur. "Tive acesso a todos os Empenhos que comprovam que as verbas devidas ao HU estão sendo repassadas normalmente. Só no primeiro semestre deste ano o Governo do Estado repassou um total de Cr\$ 137,8 milhões. Essa quantia, mais os Cr\$ 575 milhões bloqueados pelos professores deveriam garantir a manutenção do Hospital que, agora, graças a uma atitude irresponsável, passa correr risco mortal." (Termina de ler)

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente,

Senhores Deputados, Senhora Deputada, companheiros, trabalhadores, funcionários do Estado do Paraná reprimidos e oprimidos pelos últimos Governadores do PMDB e o atual, cujo partido faz parte Renato Adur, que fez uso da palavra há poucos instantes.

Diz o nobre Deputado Renato Adur, que eu agradeço, que eu tenho perspicácia e inteligência, muito obrigado, e diz mais algumas coisas às quais desejo dar respostas.

Diz o Senhor Deputado que além de entrar com ação para assegurar o dinheiro, que é de direito dos trabalhadores, dinheiro esse que foi remetido à Universidade Estadual de Londrina; diz ele que existem outras alternativas legais. Pois bem, Senhor Deputado, outras alternativas legais existem quando se tem um governante democrático e disposto ao diálogo e não governantes autoritários e ditadores como foi Álvaro Dias e está sendo Roberto Requião de Mello e Silva. Existem alternativas quando existe democracia. Sem democracia vamos para o campo legal, onde existe uma justiça também nada democrática, pois essa justiça sempre protegeu e protege a elite e a classe dominante brasileira. Basta ver os últimos resultados da justiça trabalhista ou mesmo da justiça comum, ou darmos uma olhada nas várias prisões brasileiras e vermos quantos Delfins Nettos e quando Médicis temos presos. Garanto que nenhum. Ou quantos Dias tem lá, de origem da família Álvaro Dias, o qual foi um dos maiores corruptos do Estado do Paraná. Nós sabemos também, Deputado Renato Adur, que a verba do Sistema Único de Saúde, é uma verba limitada e que deve ser muito bem usada, mas Vossa Excelência nunca cobrou o bom uso dessa verba durante a administração de Álvaro Dias, que por lá passaram: Delcino Tavares e meteu a mão; passou Manoel Almeida e meteu a mão; e quando passou Sebastião, que ele não meteu a mão, alguém meteu a mão por ele, roubando as verbas do Sistema Único de Saúde. Porque não se preocupa também com a verba da saúde que está sendo desviada há anos, desde que foi fundado o Hospital Geral Regional de Cascavel, como denunciado pelo meu companheiro de Bancada, Ernani Pudell.

Ainda hoje sai na imprensa paranaense que professores que ganham duzentos e três mil são marajás. Se este País tivesse um mínimo de vergonha e um mínimo de decência, o salário-mínimo a ser pago hoje, de acordo com o DIEESE, seria de cerca de cento e vinte e sete mil. Agora, o salário de marajá é o salário de duzentos e poucos mil que alguns professores recebem. Agora, eu pergunto, qual seria o salário recebido hoje por nós, Deputados, se duzentos e três mil é de marajá, e o nosso salário,

beirando a mais de um milhão de cruzeiros?

Deputado Renato Adur, antes de voltar as suas forças e as suas energias para a classe trabalhadora, deveria, contra a classe trabalhadora, deveria voltá-las em defesa dessa classe que é a única massacrada e oprimida no Brasil inteiro. Bem antes de ser descoberto o País, os trabalhadores já eram massacrados em outros locais do mundo. E hoje nós somos submetidos, no nosso País, à maior opressão que se tem, e a maior repressão que se tem; aquela repressão que existia na ditadura, hoje ela é feita de uma maneira velada, pelos nossos governantes e Roberto Requião nunca ficou atrás disso aí, nem quando Prefeito de Curitiba, nem agora como Governador. Roberto Requião não admite que alguém pense, porque quem pensa, ele considera como inimigo e aqueles que não pensam, ele pega como submisso debaixo de suas asas, e é isto que ele quer, e é isso que ele está conseguindo, inclusive neste Parlamento, com Deputados que não pensam e que preferem ficar embaixo das asas do Governo, defendendo um Governo corrupto e ditador, como foi corrupto e ditador Álvaro Dias, e como está sendo ditador o atual Governo e que, se vier a ser corrupto também, denunciaremos nesta tribuna.

Muito obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Deputado Geraldo Cartário com a palavra.

(Declina).

Encerrado o Horário do Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças. Deputado Ovídio Constantino com a palavra, no Horário do PT.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados, senhores presentes.

É preocupante a situação...

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu pediria ao companheiro que está na tribuna que pedisse aos militantes que se mantivessem com educação e respeito, não fazendo vaias nesta Casa, ou, caso contrário, vou pedir para evacuar as galerias, porque está cheio de gente mal educada aqui.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Esta Presidência está entendendo que, por ora, não houve nenhum ato de desagravo aos Senhores Parlamentares. No entanto, pede às galerias para que se mantenham em ordem, para que a sessão possa ter o seu desenvolvimento normal.

Com a palavra, o Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Quisera eu que pudessem estar estas galerias todos os dias cheias de paranaenses como hoje, para fiscalizar, para conhecer e para todos os dias acompanhar os trabalhos dos Senhores Deputados aqui.

Eu discordo do Deputado Nilton Barbosa. Acredito que a população tem o direito e até o dever e, por isso, estas galerias estão aí construídas, para que o povo venha acompanhar e ver o que os seus eleitos aqui fazem dentro deste Parlamento.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu não sou contra a presença dos companheiros nas galerias. Nós também nos sentimos honrados quando esta Casa está assistida por diversos setores da sociedade. A única coisa que nós pedimos, e que é normal na Casa, pedir aos companheiros que aqui participam, seja em momentos de greve, seja em momentos de visita, que saibam se comportar. Não são todos mal educados. Sempre tem dois ou três que procuram nas horas erradas, ou aplaudir ou fazer vaias, e não é permitido nem aplausos nem vaias no momento em que fazem uso da tribuna alguns companheiros.

Por isso, quero dizer a Vossa Excelência que eu também acho boa a presença dos companheiros aqui nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - A Presidência quer esclarecer e não quer fazer uso do art. 110 e, por isso, pede às galerias, que tenho certeza vão entender e vão respeitar o pedido da Presidência, para que se mantenham em silêncio, acompanhando, o que muito nos honra, a presença de todos aqui nesta Casa.

Tem a palavra o Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Justamente sobre o fato das galerias estarem cheias hoje, que eu iria me reportar neste pronunciamento.

É preocupante para o Paraná fatos que vêm ocorrendo, como o que estamos vendo neste momento. Há dois, três dias ou mais, durante a semana passada, as nossas galerias estavam cheias de funcionários da EMATER que estavam em greve. Estamos vendo a presença de mais funcionários públicos, e temos informações, inclusive de um folheto distribuído, que também os funcionários do ITCF estão em greve. Há perspectivas de funcionários de outras entidades do Governo do Estado entrarem em greve nos próximos dias. Eu já ouvi preocupação de alguns Deputados que estiveram em visita

ao IAPAR há alguns dias passados, delegados por este Parlamento, e que, numa conversa com os funcionários do IAPAR, assumiram o compromisso de intermediar com o Governo do Estado, formas de solução dos problemas destes funcionários e dessa entidade, para se evitar que os funcionários entrassem em greve. E eu ouvi Deputados me dizerem de ter que assumir a "cara de tacho" e não poder olhar para os funcionários do IAPAR, porque daquilo que se convencionou, que tentaram mediar junto ao Governo do Estado, nada foi possível fazer, e está na iminência dos funcionários do IAPAR também engrossarem o movimento de greve do funcionalismo público do Paraná.

Isso é preocupante. Nós já tivemos oportunidade de manifestar aqui a posição da nossa Bancada do Partido dos Trabalhadores, de apoio às lutas, às conquistas dos trabalhadores e, muito mais, de apoio à permanência das conquistas democráticas, conquistadas com muita luta pelos trabalhadores do Brasil e do Paraná, e que hoje estão sendo roubados pelo autoritarismo do Governo do Estado, não respeitando nem a data-base, que é o direito legal dos trabalhadores negociarem as suas perdas salariais.

Estivemos ontem numa reunião informal com um grupo de Deputados, com a direção da EMATER, para tentar, informalmente, mediar uma discussão com aqueles funcionários, estando presentes os Deputados Cleiton Kielse, com o Deputado Paulo Maia, Arlindo Troian, Deputado Heinz, Deputado Corazza, Deputado Plauto e este Deputado que vos fala; no sentido de tentar, amigavelmente, uma conversa com a direção da EMATER e encaminhar uma solução para o problema da greve, e hoje nós vemos as fileiras engrossando, quando outras entidades estão na mesma situação.

É lamentável percebermos a postura do Governador Roberto Requião, quando não quer negociar, e eu admiro e fico admirado quando li no jornal outro dia, o Governador lamentando a situação da Universidade de Londrina, quando estão seus bens penhorados pela Justiça, por não cumprir direitos trabalhistas de seus funcionários; e ele dizia que era um lado só que decidia: eram os professores de um lado e de outro lado os professores, e que isso era uma das causas e está aí o projeto de autarquização das Fundações, para que não fique um lado só decidindo.

No entanto, a postura do Governador Requião, nestes fatos concretos de negociação dos salários, da data-base do funcionalismo público, faz aquilo que ele critica na questão da Universidade de Londrina. Faz aquilo que ele acha errado, do outro lado faz o mesmo, só que aqui, o Governo é que é mão única, via única, a

posição e a proposta dele não tem discussão com o funcionalismo público.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, para encerrar, eu gostaria de ler, aqui nesta Plenária, para que fique registrado nos Anais, este folheto distribuído pelos funcionários de várias entidades sindicais, que diz o seguinte, e é uma carta aberta à população do Paraná.

(Lê): "À POPULAÇÃO DO PARANÁ

A situação dos funcionários do ITCF: água limpa, paz na terra e barriga vazia.

Somos 758 funcionários na luta por salários dignos. Cruzamos os braços porque não dá mais. De 1989 a junho deste ano, nossa perda salarial é de 302,70%. Resultado: 30% dos funcionários recebem menos de um salário-mínimo. Outros 60% recebem até dois salários-mínimos. Os técnicos que passaram pela Universidade, são submetidos a salários que variam de Cr\$ 55.000,00 a, no máximo, Cr\$ 147.000,00.

Para que qualquer cidadão possa morar, comer, estudar, ter saúde, vestir-se, deveria ter um salário-mínimo de Cr\$ 127.000,00. É o que apontam os estudos do DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos.

Teoricamente, o Governo reconhece as perdas. Mas não paga. Na Justiça, as ações trabalhistas se acumulam. Ações que obrigam o Governo a pagar com multas, juros, correções. Não queremos nem a fome dos funcionários, nem prejuízos aos cofres públicos. Produzir mudas florestais, garantir a fiscalização dos recursos naturais renováveis - caça, pesca e floresta - regularizar terras ocupadas por antigos posseiros, administrar assentamentos rurais, mapear o Paraná, implantar o Cadastro Técnico Rural, desenvolver projetos inovadores como, por exemplo, controle ambiental por imagens de satélite, estão entre as principais atividades do ITCF. Queremos poder garantir esses serviços à população. Só que para garanti-los precisamos, em primeiro lugar, preservar nossas condições mínimas de dignidade.

PEDIMOS SEU APOIO EM NOSSA LUTA.

AFITCF - SINDI/SEAB - SENGE/PR - SINTEA"
(Termina de ler).

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Com a palavra, o Deputado Colombino Grassano.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.
(Lê):

"O Governo do Paraná anuncia que entre os objetivos da visita que o Senhor Governador do Estado empreende até a Argentina, está a importação de gado bovino selecionado, para distribuição entre cooperativas e núcleos de criadores paranaenses.

O objetivo é louvável, se vinculado a um projeto amplo de melhoria do rebanho paranaense, especialmente para o segmento leiteiro, em se tratando de um País meridional como a Argentina. Mas ele só envolve condições de sucesso se coordenado com outras práticas que componham um grande programa de fomento da pecuária leiteira no Paraná.

Neste sentido, é preciso atentar para as experiências anteriores, realizadas através dos órgãos governamentais, como a antiga "CAFE DO PARANÁ", hoje CODAPAR, ou por cooperativas e núcleos de criadores.

A resultante é que a simples importação de matrizes e outros materiais genéticos não se configura positiva a não ser dentro de uma continuidade que preveja outras ações simultâneas ou conseqüentes.

Assim, o principal esforço deve ser a abertura de linhas de crédito para a disseminação do rebanho melhorado já existente no Paraná, para criadores que disponham de tecnologia intermediária.

Estes criadores de fase intermediária, com vocação e instalações aceitáveis, receberiam animais criados e melhorados nas bacias leiteiras já sedimentadas do Paraná, principalmente na região que vai de Palmeira até os Campos Gerais, acolhendo gado de qualidade superior, certificada pelo rigoroso serviço de controle leiteiro das associações reconhecidas pelo Ministério da Agricultura. O mais importante é que se tratam de animais já adaptados ao nosso clima, que não requerem a prática da quarentena ou pré-imunização e que podem ser destinados a inúmeros outros núcleos onde se difunde hoje o criatório de gado leiteiro.

A partir daí - e sempre dentro de uma linha de continuidade de esforços - os núcleos criatórios mais tradicionais e que dispõem de mais infra-estrutura, poderiam ser chamados para o exame de um projeto de importação de matrizes bovinas de altíssima qualidade, para um novo ciclo de melhoria de nossos rebanhos.

Gado de altíssima qualidade, dizemos, por estar provado que o gado leiteiro argentino não superam os padrões já alcançados pelos núcleos criatórios mais avançados do Centro-Sul, em especial as bacias leiteiras do Paraná, como Castro e vizinhanças. A importação de animais puros por cruzas, nada acrescentará à desejada melhoria zootécnica de nosso rebanho.

Os criadores paranaenses já têm uma tradição de relacionamento com fornecedores de países onde os testes de progênie tem uma exatidão rigorosa como o Canadá - e poderiam examinar em conjunto a conveniência de buscar nesses países uma base genética superior para a melhoria do nosso rebanho.

Curitiba, terça, em 18.06.91

O que não podem descuidar é que, com importações conduzidas fora de um programa tecnicamente correto, corram o risco inclusive de internação de problemas sanitários, tendo em conta que, do ponto de vista epidemiológico, a importação é uma das principais vias de expansão de problemas sanitários. Podemos citar o exemplo da "leucose", que foi importada. No caso da Argentina, o principal problema é a "tuberculose"; uma preocupação evidente, porque os nossos rebanhos estão praticamente isentos de tuberculose bovina, depois de um programa profilático rigoroso executado principalmente na área da Cooperativa Central de Laticínios do Paraná - a Batavo.

Vale dizer que enquanto nos países desenvolvidos o descarte dos animais afetados é custeado pelo governo, entre nós o ônus recai apenas sobre o criador.

A rigor, portanto, a melhor forma de assegurar a melhoria do rendimento de pequeno produtor é a oferta de linhas de financiamento com juros baratos, para que ele possa adquirir bovinos melhorados junto aos núcleos tradicionais e assim iniciar um projeto adequado ao seu grau econômico, ou seja, à estrutura de sua propriedade quanto ao fornecimento de forragens, manejo adequado, assistência técnico-veterinária, etc.

Essa linha de médio a longo prazo e juros aceitáveis, movimentaria o setor, difundindo dentro do território do Paraná os reprodutores aqui multiplicados em decorrência de importações anteriores, especialmente de sangue canadense, além de dar uma base de continuidade e seriedade a um programa governamental que se crê voltado rigorosamente para o interesse público, essa prática evitaria que grandes cooperativas de laticínios de outros Estados aqui venham adquirir nossos reprodutores, para melhoria de seus plantéis.

Mediante estímulos e restrições, o Governo do Estado - ouvidas as associações setoriais, afinal as diretamente interessadas criaria condições para manter dentro do Paraná o rebanho melhorado à custa dos esforços dos paranaenses; o que lamentavelmente não vem acontecendo.

Enfim, Senhora Deputada, Senhores Deputados, os programas da Administração Pública devem ser conhecidos com a cautela devida ao interesse público. E nesse caso um programa de fomento deve contemplar a harmonia de todos os setores e fatores de produção envolvidos, a seleção dos participantes a partir de suas condições históricas e ambientais, a continuidade da assistência direta ou via cooperativa às associações de criadores, a difusão dos produtos obtidos, tudo dentro do princípio de multiplicação da riqueza comum.

No caso de persistir a vontade gover-

namental em importar matrizes da raça holandesa, da República Argentina, que se abra a oportunidade aos produtores paranaenses de participarem do processo de aquisição, bem como Cooperativas e setores diretamente ligados.

Sabemos que o Estado, de um modo geral é mau comprador e péssimo vendedor.

Ainda temos carne estocada e sem poder ser consumida vindo da Comunidade Europeia.

Importa-se arroz impróprio para o consumo. O milho proveniente da América não pôde ser utilizado.

Seguindo-se o exemplo do trigo, bem que poderia o Banestado, por determinação governamental, iniciar o processo de financiamento para aquisição de matrizes, além de oferecer aos nossos pecuaristas do setor de leite os recursos para o manejo e melhoria de suas instalações, onde o programa tivesse continuidade.

Temos uma tradição de trabalho que deve ser preservada e de bom alvitre seria que o Senhor Governador ouvisse todos os interessados no desenvolvimento de nossa pecuária leiteira, auscultando suas necessidades e passando a ter condições ideais para poder executar a sua meta nesta tão importante área.

Dispõe o Paraná de técnicos, empresas, associações, cooperativas e criadores do mais alto nível e o "Conselho Técnico da Associação dos Criadores de Gado Holandês" do Paraná, para nosso orgulho, é o mais credenciado do Brasil.

Esta é a nossa contribuição, fazendo votos que a viagem governamental se constitua em sucesso e que seus objetivos de prestigiar o produtor paranaense sejam atingidos."

Obrigado.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Só para fazer justiça, eu gostaria de, quando no meu pronunciamento relacionei o nome de um grupo de Deputados que formalmente conversou ontem com a direção da EMATER e com os funcionários da EMATER em greve, os sindicatos, eu por esquecimento não mencionei o nome do Deputado Pessuti, que também esteve presente naquela ocasião. Queria registrar para que se faça justiça.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto a Liderança do PFL.

(Declina)

Consulto a Liderança do PDT.

(Declina)

Consulto a Liderança do PRN.

Concedo a Palavra ao Sr. Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente,

Srs. Deputados.

(Lê): "A preservação do meio-ambiente, atualmente, tem sido o principal de conversa não só de nossos compatriotas, mas principalmente, às vistas das autoridades de vários movimentos preservacionistas mundiais, que estão de olho no nosso verde pendão da esperança, como forma reconhecida na preocupação da preservação ambiental, que antes de tudo pode até correr o risco de ser confundida com um modismo alienígena, imposto goela abaixo pelo poder central, pressionado pelos "Grandes do Primeiro Mundo".

Na verdade, a preservação da natureza é uma das principais metas do nosso tempo, tendo em vista que nós não somos os únicos senhores do destino do nosso hoje e também do futuro, que sem dúvida, terão como herdeiros da semente que lançada hoje, irá inesoravelmente germinar no presente dos filhos do amanhã.

O tema, preservação ambiental, se reveste da maior importância a ponto de sensibilizar a família real inglesa, que nos honrou com a presença do Príncipe Charles, um dos maiores defensores da preservação ecológica de nosso tempo, que participou de uma reunião informal que teve como ponto central a necessidade de o Brasil obter da parte dos países do Primeiro Mundo, um custeio privilegiado do desenvolvimento econômico destas áreas e o comércio de tecnologia avançada no domínio da preservação ambiental em bases subsidiadas. Por aí podemos observar a importância com que outros países inserem o Brasil neste contexto.

É importante salientar que, para o sucesso dos projetos ora em andamento, não podemos em hipótese alguma menosprezar a figura do técnico, a peça de relevante importância, que antes de tudo é complexa e tem necessidades primárias de sobrevivência.

É necessário que se promova valorização do corpo técnico envolvido diretamente nestes projetos, de forma a lhes propiciar avaliação, treinamento e salários condizentes que atendam satisfatoriamente às suas necessidades de vida.

No Estado do Paraná, essa política ambiental é desenvolvida principalmente através do Instituto de Terras e Cartografia e Florestas - ITCF, que através dos tempos vem enfrentando situações que perduraram até o ano de 1990, assim, é bom esclarecer que, a partir de 1990, a última data-base que aconteceu no dia 1º de julho a realidade alterou-se, eis que sequer a reposição das perdas foram levadas a efeito, restando em contrapartida, uma defasagem acumulada em 31 de maio de 1989, na ordem de 89,41%, conforme estudo elaborado pelo DIEESE.

Tal situação foi agravada diante da ausência de uma política de governo do Estado, onde a perda salarial atingiu a exorbitante taxa no mês de maio de 1991, de 307,04%. Com isso, o salário dos servidores do ITCF, de 01 de junho de 1990 a 01 de junho de 1991, passou a corresponder apenas a 36,89% do que valia em junho de 1990.

Senhor Presidente, nobres Pares.

Essa situação salarial imposta aos servidores do ITCF é desesperadora, pois os coloca numa condição injusta de fome e miséria.

É importante lembrar que os trabalhos executados pelo instituto, aumentaram de forma significativa com a insenção do cadastro técnico rural, e com a questão ambiental, realçada a um patamar importante de prioridades que acresceu de forma significativa, as atividades de proteção, conservação, e fiscalização ambiental; também há de se destacar que, a questão agrária, tomou dimensão de verdadeiro conflito, importando ao ITCF uma atuação preventiva que sem dúvida demandou maiores tarefas.

Essas acertivas se comprovaram pela descentralização, e criação dos inúmeros escritórios locais no Estado, além da concreta integralização da estrutura organizacional do instituto. Hoje, o ITCF, possui 34 unidades administrativas, descentralizadas no Estado, propiciando os melhores serviços.

Tudo isso acarretou aos servidores um maior sacrifício, só compensado pelo compromisso de bem servir a polis paranaense. O relatório encaminhado a este poder, pela associação dos funcionários do ITCF, nos dá conta da situação precária em que se encontram os funcionários daquele instituto. Tanto que para a execução de todas as tarefas de proteção ambiental, regularização fundiária, de reforma agrária, de cadastro rural e cartografia oficial do Estado, o ITCF possui 758 funcionários lotados nos mais longínquos municípios do Paraná. Destes, 61 funcionários, que correspondem a 8% percebem menos de que salário mínimo. A maioria dos servidores, em média 400 funcionários percebem Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros). Nenhum servidor do instituto percebe acima de Cr\$ 147.000,00 (cento e quarenta e sete mil cruzeiros) o que representa 7,39%. É importante ressaltar, que o ITCF, pelo seu quadro de pessoal, tem construído e consolidado, um reconhecimento a nível nacional e internacional pelo trabalho que vem executando, e que, dos 7,39% dos funcionários, representados pelos 26 funcionários que contam com longa data de trabalho prestada ao instituto, possuem uma formação superior, pós-graduação, doutorados e especializados inclusive

a nível internacional. A presente situação salarial tem acarretado ao ITCF, a perda destes servidores para a iniciativa privada, pondo em risco os projetos financiados pelos organismos internacionais, BIRD, Banco Mundial que preocupados, já se posicionaram através da "Missão supervisora do BIRD" em relatório, recomendando, que a questão salarial referente aos técnicos da EMATER-PR, IAPAR e ITCF seja equacionada o mais rápido possível, à vista de que, os projetos em andamento não sejam comprometidos.

O momento é grave, Srs. Deputados
Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PSDB com a palavra.
(Declina)
PMDB com a palavra.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados e demais amigos que visitam a Assembléia.

Sr. Presidente, na tarde de ontem o Deputado Ernani Pudell, Líder do PT, nos cobrava algumas informações acerca do episódio ocorrido com alguns estudantes, me parece do DCE, envolvendo policiais civis do Estado do Paraná.

Ainda no dia de ontem, tivemos a oportunidade de estarmos reunidos à noite no Gabinete de Sua Excelência, o Governador Roberto Requião, juntamente com o Vereador Doático dos Santos e com o Diretor Geral da Polícia do Paraná, Dr. José Maria Correa.

Naquela ocasião o Diretor-Geral da Polícia Civil prestava ao Governador informações acerca de diversas ações que desenvolvia a Polícia Civil a nível de Estado e dentre elas colocava Sua Excelência a par desse assunto abordado pelo Líder do PT.

E pedimos então que também a nós fosse esclarecido o episódio. O que nos informou o Diretor da Polícia Civil, é que todas as medidas necessárias e cabíveis ao assunto foram tomadas de pronto por aquela Diretoria e pela Secretaria de Segurança. Uma Comissão de Inquérito se instalou, uma promotora foi designada, está acompanhando o assunto, está ouvindo as pessoas e, dentro de alguns dias, teremos as conclusões finais e esperamos definições para este assunto.

Todas as medidas foram tomadas, todas as pessoas envolvidas estão sendo ouvidas por essa autoridade do Ministério Público e oportunamente a esta Casa chegarão as informações, não só a esta Casa, mas ao Paraná como um todo, porque esta tem sido a prática daquela instituição e do Governo do Estado do Paraná.

E isto nós temos como demonstrar a preocupação que hoje tem a Polícia Civil

do Estado para com as pessoas, com os seres humanos, porque podemos citar o caso do episódio ocorrido neste último final de semana no Vale do Ivaí, quando a agência do BANESTADO de Lunardelli foi tomada de assalto e na fuga dois reféns foram feitos pelos ladrões que na fuga, adentraram e se recolheram no interior da mata, conhecida como mata suíça. Os reféns ficaram em poder desse pessoal na sexta, no sábado, e no domingo foram liberados.

A Polícia Civil, a Secretaria de Segurança Pública e a Polícia Militar destinaram para essa operação de resgate dos reféns e tentativa de prisão dos assaltantes nada menos do que o grupo Tigre que cuida do setor de seqüestro em nível de Estado do Paraná; até mesmo helicóptero foi fretado e se encontra na região fazendo o patrulhamento que se faz necessário; mais de setenta homens foram designados para aquela operação. Portanto, existe uma preocupação do Governador para com as pessoas que devem ser cuidadas pela Segurança Pública do nosso Estado.

Mais uma razão, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para de maneira alguma concordarmos com as afirmações do Deputado Florisvaldo Fier hoje na tribuna durante o Pequeno Expediente. É muito fácil a palavra e elas saem muito fáceis da boca do Deputado, principalmente quando é para atingir as pessoas, quando é para "carimbar" este ou aquele com a tarja de corrupto.

É lamentável, e a Bancada do PT que tantas vezes tem subido à tribuna para usar esta palavra, vou imitá-los neste momento. É lamentável, Deputado Florisvaldo Fier, que Vossa Excelência tenha comparecido à tribuna sistematicamente para tão somente atribuir atos de corrupção a este ou aquele governante.

O ex-governador Álvaro Dias tem sido o prato predileto de Vossa Excelência, e hoje, não se contentando, quis buscar uma sobremesa e foi em busca do Governador Roberto Requião. Vossa Excelência tem que trazer as provas, Vossa Excelência tem que trazer os fatos comprovados, Vossa Excelência não pode ficar fazendo da tribuna desta Assembléia, que é uma Casa honrada, apenas o exercício da palavra fácil e tentativa de atingir as pessoas. Dizer que o Governador Roberto Requião é corrupto, isto chega perto da insanidade que, muitas vezes, chegamos a suspeitar que paira sobre Vossa Excelência.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, devemos prestar mais um esclarecimento a esta Casa, e em especial aos Deputados Kielse, Paulo Maia, Ovídio, Corazza, Plauto Guimarães e ao Deputado Troian, que foram os que eu encontrei no final da reunião da EMATER, em um dos plenarinhos da Assembléia ontem. Posteriormente, ao término

daquela reunião, comparecemos ao Palácio Iguazu, como já afirmamos no início do nosso pronunciamento, onde fomos reportar ao Governador as conversas que havíamos nesta Casa em favor da busca de solução para o assunto que lá foi tratado: o assunto da reposição salarial, do abono salarial, da correção salarial, do aumento salarial, o nome não importa aqui agora, mas a solução de um problema que hoje atinge os funcionários da EMATER, do ITCF, do IAPAR, da FASPAR, enfim, de um grande número de funcionários e entidades ligadas ao Poder Executivo. Naquela ocasião, colocamos ao Governador as preocupações apresentadas durante essa reunião, tanto por parte dos servidores da EMATER como por parte dos diretores da empresa, como também da parte dos Srs. Deputados, e encarecemos a Sua Excelência o Governador, que determinasse as ações necessárias para que pudessemos ter, realmente, um final feliz para esse episódio que já começa a entristecer alguns segmentos e a preocupar outros.

Concedo um aparte ao Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Deputado Orlando Pessuti, apenas para comunicar a Vossa Excelência, como líder da Bancada do nosso Partido, que já foi requerido à Mesa, pela nossa bancada, cópias dos discursos do ilustre Dr. Rosinha, onde acusa o Governador Álvaro Dias de corrupto e acusa o Governador Roberto Requião, incluindo ainda, nas suas denúncias, o Poder Judiciário.

Eu quero solicitar de Vossa Excelência, como Líder da Bancada, de que tome as providências cabíveis, uma vez de há o descrédito dos homens públicos em razão dessas denúncias infundadas e até mentirosas e eu solicito de Vossa Excelência, como Vice-Líder do Governo que sejam tomadas medidas cabíveis na Justiça para que se provem ao povo do Paraná a corrupção do ex-Governador Álvaro Dias e do atual Governador Roberto Requião.

Muito Obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Eu agradeço o aparte do Deputado Dirceu Manfrinato, agradeço a deferência da Mesa de nos ter concedido já dois minutos e meio além do tempo da Liderança e conclamo aos Srs. Deputados para que aprovemos os requerimentos que hoje estão sobre a mesa de regime urgência sobre algumas matérias, para que possamos até o final deste mês aprovarmos matérias de grande importância para o Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passa-se...

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Gostaria de solicitar ao nobre Deputado que saiu da tribuna, que indicasse o corpo médico para fazer o exame de sanidade mental em minha pessoa, como ele disse que existe e já ouvi comentários na Bancada do PMDB que Collor de Mello é corrupto que contrata agências de publicidade sem licitação. O Governo Roberto Requião assim o fez também. E também a respeito de várias CPI's da Saúde nesta Casa de Leis, que provou que o Governador Álvaro Dias tinha corrupção no seu Governo, inclusive já tramitando no Tribunal de Justiça, não só na Saúde, mas no IPEM também. Vossa Excelência sabe disso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há questão de ordem a incidir. Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando licença no seu mandato parlamentar no período de 22 de junho a 07 de julho do corrente ano, em virtude de substituição ao Senhor Prefeito Municipal de Curitiba, que estará em viagem a exterior.- À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Edson Silva Lino, constante do expediente. Necessita de apoio. -Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Amanhã às 09:00 horas solicitamos aos Senhores Deputados e as pessoas interessadas na inauguração da Semana de Prevenção de Incêndio promovida por esta Assembléia e o Corpo de Bombeiros, no "hall" de entrada do Pequeno Auditório.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n° 143/91, de autoria do Deputado PAULO MAIA, que acrescenta "alínea" ao parágrafo 1° do artigo 5° da Lei Complementar de n° 37, de 27 de outubro de 1987. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.C.E., POR UNANIMIDADE. Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados. O Projeto de Lei apresentado pelo nobre Deputado Paulo Maia, ele pretende o

seguinte (Lê):

"Acrescenta alínea "c" ao parágrafo 1º do artigo 5º da Lei Complementar nº 37.

Lei Complementar nº 37 (anexa)

Dispõe sobre o Regime Diferenciado de Trabalho - RDT.

Art. 5º - Estabelece que o professor ou especialista de educação optante pelo RDT terá incorporada a parcela aos seus proventos de inatividade de forma proporcional ao tempo em que percebeu a gratificação.

Parágrafo 1º - Para a formação da proporcionalidade será considerado tempo de percepção cumulativa: a) o tempo das aulas suplementares ou extraordinárias; b) o tempo de vencimento de cargo público anterior de magistério, estatutário ou CLT.

O que faz o Projeto de Lei

Acrescenta uma alínea "c" que estende, para a formação da proporcionalidade do RDT, o tempo de serviço prestado "sob o vínculo da Previdência Social Urbana" ...Na prática: deixa de circunscrever a proporcionalidade ao magistério, expandindo-a para qualquer outro cargo, inclusive da iniciativa privada.

O que é o RDT?

É uma gratificação criada para valorizar o exercício do Magistério."

Atualmente, recebem a gratificação sete mil oitocentos e catorze professores na ativa, representando em maio 624 milhões; cento e quarenta e um professores inativos, representando no mês de maio 9,7 milhões. O RDT possui uma série de regras fundamentadas ao critério de tempo para concessão.

O que o Projeto de lei vai alterar? O que vai alterar na sistemática se aprovarmos o projeto 143 de autoria do Deputado Paulo Maia? Com a alínea C, o projeto de lei passa a considerar o tempo de serviço em qualquer função, não apenas no magistério e não apenas também para efeito de aposentadoria, o que já é de lei, mas para aumentar o valor da gratificação. Por exemplo, hoje um professor que tenha trabalhado trinta anos no magistério e cinco anos como vendedor de calçados tem esse tempo incorporado para o cômputo de trinta e cinco anos de serviço para aposentadoria, mas não para o cálculo de gratificação do RDT. Com alínea, os cinco anos de vendedor de calçados contariam para efeitos do RDT.

Por que não poderemos aprovar, então, Senhor Presidente, esse Projeto? Primeiro, por entendermos ser ele inconstitucional uma vez que implica em aumento de despesas da parte do Poder Executivo. Num primeiro momento, com a extensão do tempo para os

atuais detentores de RDT ativos, o impacto seria de aproximadamente duzentos e trinta milhões a mais na folha de pagamento. Num segundo momento, haveria a revisão das aposentadorias, a futura incorporação dos celetistas através do regime único e a tendência a ampliar a gratificação do RDT a todos de forma integral. Em segundo lugar, por descentralizar o RDT. Este foi criado com a finalidade precípua de valorizar o efetivo exercício do magistério, a atuação do professor enquanto professor. Por isto é uma gratificação que é dada com a estrita observância do tempo de exercício da função de docente. O Projeto de lei descaracteriza essa intenção: transforma o RDT numa gratificação genérica, extensiva a qualquer tipo de atividade que tenha sido exercido, fazendo-a perder o forte significado pedagógico que possuía na sua intuição original.

Por estas razões, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é que estamos recomendando e solicitando aos Senhores Deputados, tendo em vista nos pareceres possuir este Projeto indícios de inconstitucionalidade e por acarretar distorções naquilo que estabelece o princípio do regime diferenciado de trabalho. Nós recomendamos a votação contrária ao Projeto de lei nº 143/91 Projeto de lei complementar, evidentemente.

O SR. PAULO MAIA (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, nobre Líder do Governo, Deputado Orlando Pessuti.

Lamentavelmente, quando V.Exa. em nome do Governo pedia que nós retirássemos o Projeto por cinco Sessões, nós aguardávamos que de fato o Governo cumprisse a sua intenção de nos convocar para esclarecermos a iniciativa de tal projeto. Lamentavelmente, essa iniciativa do Governo não foi tomada. Quanto a questão do RDT eu não pretendo falar como técnico, eu pretendo falar como alguém que vive o RDT, que conhece essa realidade de um direito da classe trabalhadora do magistério e dizer que temos que discordar "in totum" dessa iniciativa que V.Exa. apresenta em nome do Governo, o que não representa a verdade quanto a questão do RDT. Primeiramente, a parcela de complementação do RDT não é gratificação e não sendo gratificação, obviamente cabe a ela, cabe ao trabalhador ter incorporado o tempo de previdência. A Constituição Federal garante a aposentadoria aos 25 anos para a professora e aos 30 anos para o professor, caso ele comprove o seu efetivo exercício de magistério. Se ele não comprovar o efetivo exercício de magistério, ele vai para a aposentadoria aos 30, 35 anos, e não precisa eu dizer isso: é do conhecimento deste Parlamento.

Agora concordar que o RDT é gratificação, é simplesmente desconhecer o que diz a Lei n° 37, porque é bom que se deixe claro aqui aos Senhores Deputados que compete ao professor para a opção ao RDT - regime diferenciado de trabalho do Magistério -, primeiro se dá quando o professor tem dois padrões. Para obter dois padrões o professor tem necessidade de dois concursos, concurso esse de 20 horas. Quando nós conquistamos o RDT em 1986, que depois se efetivou em 1988 com a criação da Lei n° 37, o professor, para optar pelo RDT, tem que se exonerar de uma carga horária de 20 horas e passa a contar uma carga horária de 40 horas em regime único. A partir deste momento, não se dá a incorporação na parcela de complementação, e isso nós consideramos que é um crime, isso nós consideramos que é um desrespeito a um direito adquirido. Agora, alegar que isso acarreta uma soma maior de revisão de aposentadorias, em mais de 230 milhões, eu gostaria que o Governo nos apresentasse isso em termos de realidade prática e não apenas no discurso, como se nós estivéssemos aposentando todos os professores do Paraná num mesmo instante.

Então, simplesmente a alegação que se faz, primeiramente eu volto a dizer: lamentação porque quando o nobre Líder pediu que retirássemos o Projeto foi com a solicitação de que seríamos convidados pelo Governo para discutir tal matéria, trazer a justificativa de que acarreta despesas e de que essa proposta que estamos fazendo é simplesmente de uma gratificação, eu volto a frisar: é desconhecer a Lei n° 37. Você tinha dois cargos de 40 horas. Você opta por 40 horas num trabalho que você já fez.

Simplesmente, ao optar pelo RDT, o professor, a partir do momento da opção, ele passa, quando completado o tempo de serviço - professora aos 25 anos e professor aos 30 -, a partir daquele momento a parcela de complementação do padrão exonerado passa a contar a cada ano dois anos trabalhados. Mas, em hipótese alguma, nós podemos concordar com esta justificativa lamentável do Governo do Paraná porque demonstra de fato desconhecer o que diz a Lei n° 37, que trata do RDT, é desconhecer de fato o direito já adquirido. E volto a repetir: a Constituição é bem clara. Eu sei e tenho conhecimento de que o RDT é exclusivo para professores, agora não impede que o trabalhador não opte pela aposentadoria aos 30 anos ou 25: ele pode se aposentar aos 30, 35, é um direito dele. Mas ele teve esse trabalho exercido. Por que não respeitar isso aqui?

E se esse Projeto for rejeitado, eu quero lamentar com profundidade essa iniciativa dos Deputados que votaram contra porque votarão obviamente por desconhecer

a profundidade da iniciativa deste Projeto de Lei que vem simplesmente corrigir uma distorção que vem se acarretando a cada ano na vida dos trabalhadores do magistério, e eu sou oriundo desta categoria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu vou submeter ao Plenário o Projeto de Lei Complementar n° 143/91 em regime de verificação de votação porque o Projeto já foi aprovado.

Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto queiram levantar-se.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Pediria, por gentileza, Excelência, que os nomes dos Deputados que estão votando favoráveis ao Projeto constassem da Ata desta Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será devidamente anotado.

O Projeto está rejeitado, pois trata-se de Projeto de Lei Complementar e seriam necessários vinte e oito votos favoráveis.

Está rejeitado o Projeto.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 070/91, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que dispõe que os livros didáticos utilizados pelos estabelecimentos abrangidos pela Rede Estadual de Ensino, somente serão substituídos mediante expressa autorização do Conselho Estadual de Educação. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.E.C.E., POR UNANIMIDADE.

Há Substitutivo Geral.

Retorna à Comissão de Educação para parecer ao Substitutivo Geral.

Está encerrada a discussão.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 058/91, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que autoriza o Poder Executivo a estender aos ocupantes dos cargos de nível superior da Fundação Caetano Munhoz da Rocha - FCMR, a Gratificação de Responsabilidade Técnica, prevista pela Lei n° 9 049/89. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., POR UNANIMIDADE. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 18, de 13.03.91.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 58/91

PROTOCOLO: n° 2148

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a estender aos ocupantes de cargos de nível superior da FCMR, gratificação de responsabilidade técnica.

AUTOR: Deputado Djalma de Almeida César.

P A R E C E R:

Este Projeto, visa autorizar o Poder Executivo a estender o benefício da gratificação de responsabilidade técnica, a todos os ocupantes dos cargos de nível superior da Fundação Caetano Munhoz da Rocha, conforme relação de cargos anexa.

Trata-se de Projeto que corrige injusta discriminação feita aos funcionários da Fundação Caetano Munhoz da Rocha, já que outros órgãos do Governo, em igual situação, beneficiam-se deste pagamento adicional.

A proposta encontra respaldo nos artigos 53, Inciso VIII e 33, § 2º, da Constituição Estadual. Nada obsta sua tramitação regimental e apreciação pelo Plenário. Somos favoráveis ao Projeto em questão.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 10.04.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 58/91

P A R E C E R:

O Deputado Djalma de Almeida César, pretende através do presente plano de lei, autorizar o Poder Executivo a estender aos ocupantes de cargo de nível superior da Fundação Caetano Munhoz da Rocha - FCMR, a Gratificação de Responsabilidade Técnica, prevista pela Lei n° 9.049 de 6 de junho de 1989.

O Projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Tratando-se de projeto que objetiva corrigir distorção salarial injustificada, pois estende aos servidores em questão benefícios que já vem sendo pagos a outros com funções assemelhadas, não vemos como nos opor à sua aprovação.

Somos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 08.05.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

JOÃO IENSEN

Relator

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

De acordo com o artigo 33, § 4º do Regimento Interno, o Diário da Assembléia Legislativa de ontem, trouxe publicado na pauta, o Projeto de Lei-Diretrizes Orçamentárias e consta lá que foi submetido à Comissão de Constituição e Justiça e à Comissão de Finanças. O artigo 33, § 4º do nosso Regimento Interno coloca como obrigatoriedade também a LDO passar pela Comissão de Orçamento e não vimos publicado o parecer da Comissão de Orçamento, no

Curitiba, terça, em 18.06.91

Diário da Assembléia Legislativa da data de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. não viu porque a Comissão de Orçamento ainda não deu o parecer.

O SR. DR. ROSINHA - Mas já consta como publicado na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Na pauta, não significa que já tenha sido votado, simplesmente os pareceres da Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças.

O Projeto está na Comissão de Orçamento, aguardando o parecer daquela Comissão. Após isso, virá ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimentos de n°s 1490 e 1491, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1482, de autoria do Sr. Deputado Costenaro Neto, constante do expediente. Aprovado.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Sr. Presidente, qual é o teor desse projeto?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É sobre serviço de transporte coletivo. O Deputado é o relator do projeto e está solicitando a suspensão do Regime de Urgência. Os Srs. Deputados que aprovam, conservem-se como estão. Aprovado.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, quero que conste na Ata, voto contrário da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeitamente.

Requerimentos de n°s 1483 a 1486, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1474 e 1476, de autoria do Sr. Deputado João Preis, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1475, de autoria do Sr. Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1465-A a 1470, de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1471 a 1473, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n.ºs 1478 e 1479, de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 1430-A, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 1492, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 1438, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, só para constar o voto contrário do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente anotado.

Requerimentos de n.ºs 1449, 1450 e 1452, de autoria do Sr. Deputado Algací Túlio, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 1433, de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 1489, de autoria do Sr. Deputado Mário Bezerra, constante do expediente. - Aprovado.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Esta Casa tem, nos últimos dias, vivido momentos onde a bancada governamental procura, de todas as maneiras, votar apressadamente projetos e mensagens governamentais de grande importância.

Dá a impressão, o elenco de mensagens colocadas e o requerimento do Deputado Orlando Pessuti mostra que Sua Excelência não se preocupa em manter o preceito constitucional quando na votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias está bem claro que esta Assembleia Legislativa tem um prazo até 30 de junho para votar esta matéria. Não votada a LDO até o prazo determinado pela Constituição Estadual, esta Assembleia não será convocada extraordinariamente, não haverá recesso parlamentar e continuará votando todas as matérias de regime ordinário.

Então, não há razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para que haja urgência nesta matéria, ainda mais porque o Sr. Relator, Deputado Heinz, já solicitou novas informações e mais subsídios, para que realmente possa essa Assembleia Legislativa, votar com conhecimento de causa a lei de diretrizes orçamentárias. Se não forem cumpridos os preceitos constitucionais,

haverá problemas para o Governo do Estado, na elaboração da proposta orçamentária e qualquer outra modificação que se queira fazer em matéria tributária ou fiscal, ou que determine sua inclusão no orçamento para o próximo exercício, não se poderá fazer. Então haverá no próximo ano, um sem número de ações no Tribunal de Justiça declarando inconstitucionais matérias que poderão vir fora do prazo constitucional.

Também, Sr. Presidente e Srs. Deputados, esta pressa em votar muitas matérias, dá a demonstração aos menos avisados de que as Comissões não estão trabalhando, que nós estamos aqui nesta primeira fase do ano legislativo não comparecendo às Comissões e nem comparecendo ao Plenário. Nós queremos discutir com toda profundidade as matérias mais polêmicas, não pode o Sr. Líder do Governo reclamar da atuação das Comissões e nem do Plenário nas matérias urgentes votadas sem a necessidade do pedido, porque nós temos responsabilidade pelos atos que praticamos na Assembleia Legislativa.

Nós votamos créditos especiais para a habitação, em dez dias quando a Mensagem Governamental aqui chegou, passou pela nossa Comissão e pela Comissão de Finanças. Foram aprovadas todas as Mensagens pedindo suplementação de verbas. Temos convocado a nossa Comissão quase que diariamente e os Srs. membros da Comissão podem atestar o nosso comportamento e o dos quinze membros da Comissão de Constituição e Justiça. Portanto nós não queremos nenhum confronto com a Bancada Governamental e com seus aliados. Nós apenas queremos discutir, principalmente a Mensagem Governamental que dá o número 215/91 ao Projeto de Lei, no sentido de transformação das fundações em autarquias, pois existem vinte e uma entidades arroladas nesse processo e nós temos que analisar, com fundamento, toda essa modificação, toda uma estrutura que vai se alterar, causando profunda alteração, até mesmo nos quadros funcionais do Estado. Nós queremos votar com responsabilidade, ouvindo todas as partes interessadas. Apenas estamos nos preocupando nesta primeira fase em ouvir as Universidades, mas não só as universidades atingidas pela Mensagem Governamental; são 28 entidades que dependem do nosso voto e da nossa decisão.

Então, eu conclamo aos Srs. Deputados para que se compenetrem e não há necessidade de pedir o cumprimento do dever de nenhum, porque nós todos somos responsáveis; o que nós queremos votar é com a consciência de estarmos servindo à comunidade e também ao Estado.

Não tem faltado ao Governo do Estado o apoio desta Assembleia Legislativa nas matérias importantes, principalmente aquelas

que se referem a recurso para que a máquina administrativa não pare, e para que também esta Assembléia Legislativa não seja responsabilizada. Nós conscientes da responsabilidade do nosso mandato e do compromisso que temos com a comunidade paranaense. Queremos apenas que houvesse compreensão por parte dos Srs. Deputados e mais do que uma fidelidade ao Governo do Estado, nós temos uma profunda fidelidade ao povo do Paraná, aos homens e às mulheres que confiaram no nosso comportamento na Assembléia Legislativa. Os partidos passam, os Governos desaparecem, mas o registro do nosso comportamento fica marcado na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

É neste sentido que, conclamo não apenas para a votação, para que sentemos na mesa do entendimento, da concórdia, da pacificação, da responsabilidade, onde possam os Líderes dos Partidos na Assembléia Legislativa, cada um defender o seu ponto de vista, cumprindo com nosso dever até dia 30 de junho, votando as matérias indispensáveis, para que a máquina administrativa não pare e nos dando a oportunidade, dando às fundações deste Estado a oportunidade para que venham discutir conosco e nós, Deputados, para nos inteirarmos profundamente dos problemas que atingem e atingirão estas fundações se votarmos precipitadamente. Depois de votado, é difícil recuar. É difícil voltar e tomar outro comportamento. Os exemplos estão aí.

Não vamos repetir aquilo que tem sido dito na Assembléia Legislativa, mas, votemos com responsabilidade, sentemos à mesa da negociação, os vários partidos, porque acima de tudo, acima de comunidade, acima do Governo do Paraná, existe a nossa responsabilidade, a responsabilidade pelo cumprimento de um bom mandato, de um mandato digno, para que sejamos dignos também do mandato que o povo do Paraná nos outorgou.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento com votação nominal conservem-se como estão. Aprovado.

Requerimento de n° 1488, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1430, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior. Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Entendemos que o Deputado Colombino Grassano tem motivos e tem até razão para

fazer a argumentação que fez.

No entanto, não fizemos encaminhamento de votação do requerimento porque, em momento algum, a nossa Bancada deixaria de apresentar e deixar seu nome assinalado nesta ou naquela votação, com medo, com desconfiança de que amanhã ou depois seria cobrado pela população paranaense ou por outro Deputado.

Entendemos que votar nominalmente, ou simbolicamente este nosso requerimento em regime de urgência, em nada irá alterar a postura dos Parlamentares com assento nesta Casa. Os que são favoráveis votariam normalmente, simbolicamente e os que são favoráveis votarão normalmente quando chamados na forma nominal.

Queremos deixar claro, no entanto, que não entendemos como inoportuna a atitude desta Liderança em pedir que estas matérias tramitem em caráter de urgência porque entendemos que todas elas são da maior importância para este Parlamento, para o Estado do Paraná e para a população paranaense.

Temos a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Talvez até não fosse necessário, e não seria, pedirmos regime de urgência. Mas, estamos chegando ao recesso parlamentar e temos ouvido dos Srs. Deputados que gostariam de ver esta matéria votada até o dia 30 de junho, porque não gostariam de ver este Parlamento tendo que prorrogar o seu funcionamento para continuar votando aquilo que não pode votar em tempo hábil. Isto nos colocaria em desgaste perante a população do Paraná, porque tivemos tempo de sobra para votar uma matéria e depois tivemos que prorrogar o período, porque não o fizemos em tempo hábil.

A preocupação é apenas essa, que votemos antes do dia 30 e não depois do dia 30. Com referência as demais matérias, três delas dizem respeito a suplementação ao orçamento, e nos parece que com referência a este assunto os Senhores Deputados, todos os Senhores Deputados, a Sra. Deputada com assento nesta Casa, não coloca nenhuma objeção que votemos essas matérias em regime de urgência.

Com relação a Lei das microempresas, também me parece que não é essa a determinação porque preocupação assemelhada já teve o Deputado Colombino Grassano na Comissão de Justiça quando hoje encarregou o Deputado Durval de relatar essa matéria, dado que ela já se encontra inclusive na pauta da Sessão de hoje. E com relação a transformação das fundações em autarquias talvez aí sim, resida a maior preocupação de alguns Deputados com assento nesta Casa. De nossa parte, queremos afirmar que não temos nenhum constrangimento de também analisar essa matéria sob o regime de urgência, porque o regime de urgência todos

os Senhores sabem nos dão não apenas um dia, não apenas dois minutos, não apenas uma Sessão, mas nos dão diversos dias para debatermos a matéria, e essa matéria que aqui chegou já alguns dias, teve já oportunidade de ser avaliada a nível da Comissão de Constituição e Justiça com a presença inclusive dos reitores das universidades, teve oportunidade de ser discutida na última quinta-feira, pelos Srs. Deputados, pelo Procurador-Geral da Justiça, pelo Diretor-Geral da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, e também pela participação de ilustres visitantes que tiveram franqueada a palavra naquela oportunidade.

Portanto, Sr. Presidente, são algumas modificações que entendemos serem necessárias, tanto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e para isto o Secretário Chefe da Casa Civil encaminhou a esta Liderança e nós fizemos chegar às mãos do nobre Deputado Heinz Herwig subsídios que entendemos podem auxiliá-lo, podem suprir àquelas exigências e àquelas reivindicações feitas pelos Srs. Deputados no sentido de que apresentassem as diretrizes para o ano de 1992.

Com referência às fundações, o Sr. Presidente, em conversa que tivemos com o Procurador Geral do Estado, colocou a ele algumas ponderações com referência ao projeto em tramitação, e algumas dessas considerações já estão sendo providenciadas quanto às correções, porque no projeto não cita os nomes de quais são essas fundações, e nós queremos ajustes, então não vejo por quê.

Qual é o medo? Qual a desconfiança, de que não possamos tratar essas matérias em regime de urgência, já que mesmo no regime de urgência temos prazo de sobra, mais de seis ou sete sessões poderão transcorrer até que as votemos, mas queremos sim, que o povo do Paraná possa ver aprovado esses créditos suplementares, a Lei da Microempresa, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a transformação das fundações em autarquias até o dia 30 de junho quando encerra o nosso semestre legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Rosinha, para encaminhar.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A necessidade de prolongar o funcionamento da Assembléia Legislativa conforme argumentou o Deputado Orlando Pessuti, no nosso entender mesmo que não se aprove absolutamente nada do que é colocado em regime de urgência, não será preciso, porque tudo o que tem que ser votado com esse caráter mais emergencial no caso específico

é só a LDO que é fixado na própria Constituição que ela deve ser aprovada até o dia 30 de junho, portanto, quer queiram ou não os Srs. Deputados, teremos que votá-la até 30 de 06 por força constitucional. O desgaste que pode vir a ser dado a esse Parlamento ou a nós, individualmente a qualquer um pode ser reflexo, pode ser resultado de uma péssima discussão ou de um péssimo debate tomando posições incorretas, isso especificamente podemos dizer no que diz respeito a transformação das fundações em autarquias, podemos aí vir a decidir por qualquer coisa incorreta, aí sim, haverá o desgaste e não por entrar no mês de julho trabalhando e tendo sessão. Não vejo razão, também, para não se trabalhar em julho, mesmo que não seja aprovado o Regime de Urgência. Nós temos todos disposição de vir para as sessões em julho, talvez não seja a disposição da Bancada Governista.

Quanto à questão da transformação das fundações em autarquias, que foi debatida na CCJ, como bem lembrou o Deputado Orlando Pessuti, inclusive com a presença dos reitores, muitas dúvidas foram constatadas e queremos dizer que nenhum Parlamentar do PMDB, naquela reunião, se fez presente até para tirar as dúvidas, faltando naquela reunião da CCJ onde estavam o Reitor Thompson e o Reitor de Maringá, se não me falha a memória, com suas respectivas assessorias jurídicas; estavam ausentes todos os Deputados da ~~CCJ~~ ligados à Bancada do PMDB e aí não teve como esclarecer muitas dessas dúvidas.

Por último, como encaminhamento, na semana passada, na quinta-feira, ao apresentar o requerimento do Deputado Orlando Pessuti, nós questionamos e fizemos a proposta, prontamente aceita pelo Senhor Deputado Líder do PMDB e do Governo naquela ocasião, de votar em separado essa matéria porque até algumas suplementações de verbas nós não temos porque atendê-las em regime de Urgência. Temos absoluta certeza, para não sermos acusados de irresponsabilidade e de que, por qualquer ato nosso, o Governo não está conseguindo administrar, se votado em separado a Bancada do Partido dos Trabalhadores e muitos outros Deputados dos demais da Bancada do lado de cá votarão também favoráveis a algumas daquelas propostas. E, no nosso entender, fazendo isso, colocando em separado, nós votaremos o que é necessário ser verificado e votando em Regime de Urgência e contrário àquilo que é necessário um debate mais longo e prolongado, que é o caso das transformações das fundações em autarquias. Isto não tem porque ser analisado em Regime de Urgência quando vai envolver a vida de muitas pessoas e vai envolver o Estado do Paraná todo.

Até agora, não foi nos apresentado absolutamente nada orçamentário para dizer que temos economia aqui ou acolá, como diz o Senhor Governador; que teremos melhor administração, como diz o Governador, só porque ele quer indicar reitor e outros cargos, não significa que a administração, porque quanto mais vertical, quanto mais ditatorial o Poder, pior, em geral a administração; quanto mais democratizado, como é o caso, melhor a administração.

Então, por isso, nós votaremos contrário a transformação das fundações em autarquias.

O SR. ERNANI PUDELL - Para encaminhar, Sr. Presidente.
(Assentimento).

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Eu me recordo bem da reunião que tivemos aqui com um professor ligado ao Governo e ao Procurador Geral do Estado, onde o debate as palavras, as colocações proferidas pelos representantes do Governo contrariaram o espírito da mensagem enviada a esta Casa, com relação as autarquias. É interessante anotar que o nobre Líder do Governo e os próprios representantes do Governo, aceitam uma série de constatações que se fazem sobre, a incorreção desses projetos, entretanto, insistem na manutenção e votação desses mesmos Projetos de lei.

Ora, vejam só, ficou aqui claramente confessado que o objetivo da autarquização é evitar que o patrimônio público seja dilapidado por ações trabalhistas. Já que está se tratando de fundações de direito privado essas entidades, que o Governo pretende transformar em autarquias, estariam sujeitas à penhora de seus bens e haveria uma transparência do patrimônio público para entidades privadas. De fato é correto. Somente se esqueceu o ilustre Líder do Governo e os demais representantes que aqui estiveram, de dizer que essa situação foi ocasionada pelo próprio Governo passado, mais do que isso, confessou-se aqui, clara e abertamente que a tentativa de transformar as fundações em autarquias visa remeter os débitos trabalhistas, débitos alimentares para o precatório, requisitório, o que coloca uma perspectiva de pagamento apenas no ano de 1.993 e diga-se de passagem, um pagamento sem juros e sem correção monetária.

Então, o Governo do Estado do Paraná sob a proteção de sua fiel Bancada irá dar o maior calote nos trabalhadores, que se tem notícia em toda a história deste País.

Eu acho que um Governo sério e responsável, ainda mais que sucessor do Governo anterior, deveria pelo menos, colocar junto a esse Projeto um dispositivo que ga-

rantissem pelo menos a correção desses débitos trabalhistas para que o Governo pudesse programar, pagar, negociar esses débitos, mais do que isso, sobre o argumento de que está pretendendo proteger o patrimônio público. O Senhor Governador do Estado pretende, simplesmente, revogar toda uma história, uma tradição de lutas, de conquista da democracia interna nas Instituições de Ensino Superior, que hoje escolhem os seus dirigentes de uma forma democrática. Não foi uma dívida de nenhum governante, foi uma conquista amadurecida, uma luta muito grande que se pretende revogar para transformar os diretores e dirigentes dessas instituições em apadrinhados políticos.

O que não é de estranhar neste Governo que tem abrigado em uma série de cargos em comissões, políticos que não conseguiram votos nas últimas eleições, mas que apoiaram o Governo.

Vamos criar aí, um grande cabide de emprego; abre-se uma nova possibilidade de se indicar pessoas para ocuparem esses cargos.

E o destino das fundações como fica?

Esse Governo se tivesse um mínimo de seriedade, poderia pelo menos, propor a preservação da autonomia interna das universidades, a eleição direta, a democracia, poderia propor uma forma justa, honesta de manutenção dos direitos assegurados por lei, dos direitos adquiridos pelos trabalhadores e não podemos acreditar que esse Governo que se propõe a dar um calote nos trabalhadores continue a pagar com juros e correção monetária diária os créditos das empreiteiras.

Então, para que fique registrado nos Anais desta Casa e para que fique registrado na história, que se de fato o projeto que o Governo encaminhou a esta Casa for aprovado em sua forma original, nós estaremos cometendo um crime contra os interesses do povo do Paraná e o próprio Governo sabe e tem consciência disso. Os representantes do Governo sabem disso. Agora eu não quero acreditar que Deputados eleitos pelo povo possam se submeter a esse tipo de capricho, a essa recaída ditatorial do nosso Governador; parece-me que o Governador, se descobre agora que havia sido expulso do Colégio Militar, eu acho que ele sonhava ser um general ditador e agora ungido ao Palácio Iguaçu pelo voto direto se revela a sua verdadeira face, aquele sonho oculto de ser um ditador, um general como aquele que nós já conseguimos eliminar da nossa história, infelizmente, agora, retornam esses fantasmas através do voto direto.

Ninguém aqui que eu acho, da Oposição, teria a irresponsabilidade de assistir de braços cruzados a situação que está ocor-

rendo com as nossas universidades.

Nós queremos uma solução, sim, mas queremos uma solução séria, uma solução honesta, que o Governo do Estado coloque clara e honestamente os verdadeiros interesses e os verdadeiros objetivos que tem com essa autarquização, que negocie clara, transparente e honestamente a situação dos débitos trabalhistas, aí sim, tenho certeza que esta Casa irá dar o apoio ao Governo do Estado, caso contrário, nós temos certeza que um grande crime contra importantes instituições que pertencem ao povo do Paraná será praticado e eu espero que não seja com o apoio da Bancada do Governo.

Muito obrigado.

O SR. PAULO MAIA (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando se questiona o medo do regime de urgência, eu creio que os companheiros que nos antecederam, já falaram muito bem a respeito da questão.

Não é questão de medo do regime de urgência. É o respeito ao voto tido pelo eleitor do Paraná para se votar as coisas transparentes e não para votar acertos que contrariem os interesses do trabalhador e do Estado do Paraná. Nós temos certeza de que o regime de urgência protela inclusive uma preocupação que tínhamos quando aqui se discutia a LDO, o seu relator, o nobre Deputado Heinz, porque obviamente a presença dos Srs. Secretários e seus assessores é válida, mas em momento algum se esclareceu o porquê da necessidade de esta Assembléia através de uma promissória em branco, dar ao Governo poderes para passar por cima de direitos adquiridos. Nós assistimos em 1988, quando o Governo passado teve por este Parlamento autorização de agir por Decreto em relação aos servidores públicos estaduais e ficou uma péssima herança deixada pelo Governo passado com relação à situação de todos os segmentos de servidores, porque a cada momento aparece aqui nas galerias, os servidores deste Estado, herança do Governo passado, que estão reclamando nada mais do que o direito de ter em sua mesa, comida para seus filhos e condições de vida para levar os seus trabalhos. Achamos que o regime de urgência representa simplesmente o atropelamento àquilo que dizia o nobre Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Colombino Grassano, que eu tenho a certeza, como toda a C.C.J., tem dado com bastante altivez os Pareceres aos projetos que por lá tramitaram, coloca com preocupação, porque o Regimento é bastante claro. Não adianta querer cobrir o sol com a peneira e dizer que as coisas tramitarão normalmente, que tudo passará normalmente,

quando não se discute a realidade dos dois projetos de lei que não clareiam em hipótese alguma a verdadeira realidade que está escondida por trás dessas mensagens, que primeiro uma delas pede a este Parlamento que autorize o Governo por Decreto, a fazer o que ele bem entende; e na segunda, com relação a Lei de Diretrizes Orçamentárias, não traz em momento algum nenhuma transparência ao que ali está se pedindo. Quando nós questionávamos aqui nesta tribuna, e o Procurador do Estado colocava com suas palavras a realidade de ingovernabilidade, caso não fosse aprovada a autarquização, ele dizia como nós já pudemos ouvir de outros Deputados, que de fato a situação do Paraná pode ser boa, mas já está colocada por diversas vezes naquela mesa onde se encontra Vossa Excelência, o Presidente da Casa; o Procurador Geral do Estado dizia que o Estado do Paraná, se não aprovasse a autarquização, seria ingovernável. Isto mostra que de fato o Paraná está ingovernável pela herança que recebeu e isto precisa ser colocado à mesa. Esta verdade tem que ser posta à mesa, porque temos a certeza que a autarquização proposta determina um calote do Estado com relação às dívidas trabalhistas, na medida em que serão pagas por precatórios requisitórios. Isto é o calote aos servidores, porque demoram mais de cinco anos para serem pagas, pois o Governo enrola até este pagamento. Nós temos a lembrar que o Senhor Governador Álvaro Dias rolou as dívidas; e se existem, porque o Senhor Governador Álvaro Dias empurrou com a barriga essas dívidas até agora, e em seu governo não acertou nenhuma delas. Agora cabe ao Governador atual mostrar de fato que foi o ex-Governador que deixou a atual situação e para mostrar que ele não vai ser de fato a continuidade de atos semelhantes, que inclusive está inviabilizando a atual gestão do Paraná...

Não vi aqui, nesta tribuna, em momento algum, nem agora e nem em épocas passadas, Deputados pedindo apoio ao Governo para que o pagamento dos 9 bilhões às empreiteiras fosse feito por precatórios, da mesma forma que querem fazer com a dívida dos trabalhadores. Então, vemos simplesmente que isso é uma brincadeira. Tem que tramitar e nós temos certeza disso. É uma realidade da qual o Governo precisa para trabalhar em cima de propostas da LDO ou de autarquização, pode ser, mas precisamos ser convencidos do porquê da necessidade de urgência, do porquê de não se deixar tramitar, como tramitou, tantos outros projetos importantes ao Paraná, através das Comissões Permanentes.

E nós questionamos e fizemos questão de estar presentes a todas as visitas dos Secretários e de seus assessores, para que

trouxessem a verdade, mas sempre fica nas entrelinhas a grande realidade; é brincadeira a situação com que se depara o Governo Requião em termos de Paraná, e isso precisa ser dito, e isso nós já ouvimos por diversas vezes: o Estado do Paraná é ingovernável. Por quê? Porque houve o massacre, houve o desrespeito, e nós queremos aqui frisar mais uma vez que essas iniciativas também deveriam ser tomadas quando elas se referissem às empreiteiras, a grandes grupos, a interesses econômicos, aqueles que não vivem o dia-a-dia do trabalhador deste Estado.

Por isso nós seremos contra.

Muito obrigado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, com a palavra, o Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, a oposição nesta Casa que cumpre o seu papel com competência, iniciou no discurso do ilustre Deputado Colombino Grassano, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, e após ele, brilhantes oradores, como o Líder do PT, o Deputado Paulo Maia e outros Deputados, e apenas o Deputado Pessuti defendeu o seu requerimento.

Senhor Presidente, aqui não tem dono da verdade. Nós estamos diante de uma realidade: dia 30 de junho é a última sessão plenária deste período. Não conheço ninguém que gostaria de estar aqui no mês de julho, no recesso, com exceção do Doutor Rosinha, que gostaria de estar. Talvez seja ele o único; eu não. Estou aqui há algumas legislaturas, como esses que estão aqui conosco. Nunca faltei com os meus compromissos do meu mandato.

O que nós estamos discutindo, Senhor Presidente, se votamos o requerimento do Líder da bancada majoritária ou não votamos; se aprovamos a urgência ou não aprovamos. Eu voto com a urgência. Quem não leu a LDO até agora, não vai ler mais. Se não leu, teremos tempo de ler a Mensagem em nossos gabinetes, nas nossas comissões ou aqui. Portanto, entrar no mérito das mensagens agora, é antecipar à tribuna livre. Cada Deputado diz o que quer, mas nós não estamos discutindo mérito de LDO ou transformação das faculdades em autarquias. A oportunidade será quando essas matérias estiverem na Ordem do Dia, não agora. Agora nós vamos votar o que votamos ordinariamente todos os dias: os requerimentos de urgência, de preferência. É isso que estamos fazendo. Vamos votar o requerimento do Deputado Pessuti contra ou a favor e vamos discutir aqui, porque as Co-

missões Técnicas têm competência limitada, Senhores Deputados. Aqui é que se decide, no plenário desta Casa. A Assembléia é isto aqui, não são alguns poucos Deputados, nas Comissões importantes que decidem sobre a Assembléia Legislativa.

Por isso, Senhores Deputados, vamos votar, eu vou votar não só o mandamento constitucional que estabelece prazo para que se vote a LDO, mas eu também confesso aqui, vou estar todos os dias, porque não gostaria de estar em julho, mas estarei, se for necessário. Mas, repetindo, quem não leu, quem não estudou matéria alguma até agora, jamais o fará, nem em junho, nem em julho.

Obrigado.

O SR. HEINZ HERWIG (Para encaminhar) - Como membro da Comissão de Orçamento desta Assembléia, e indicado pelo Deputado Nelson Justus, como relator da LDO, tenho por obrigação regimental, relatar a LDO. Como já disse, o que eu tenho que fazer, é relatar a LDO, que quer dizer: Lei de Diretrizes Orçamentárias, onde consta claramente no capítulo III, artigo 133, § 3º; sem dúvida para ninguém, quem leu, o que é que esclarece a LDO. Não tem subterfúgio nenhum. Eu, como relator, se os outros não leram, eu tenho que ler, e no artigo 133, diz claramente que: "a Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá - entre algumas coisas - às metas e prioridades da Administração Pública Estadual direta e indireta". Diz claramente: "as metas e prioridades." Diz claramente: "as projeções das receitas e despesas para o exercício financeiro". Diz aqui, não fui eu quem inventou, não fui eu que fiz a Constituição. Eu tenho que relatar o que está escrito aqui. Diz também que: "deve apresentar as diretrizes com relação à política de pessoal do Estado. Diz aqui, homem de Deus! Será que ninguém leu isso? Eu tenho que relatar isso. Para poder relatar, eu tenho que receber isso, porque na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que aqui foi encaminhada e foi afiançada pelos Senhores Secretários que aqui vieram, não consta nada disso e graças ao trabalho... Quero render as minhas homenagens ao Deputado Pessuti, que conseguiu que se mandasse alguma coisa para esse relator poder fazer o seu relatório. Veio alguma coisa já em termo de diretrizes, Deputado Pessuti, mas em termos de meta e de projeção de receita, não veio nada. Diz, inclusive, nesse documento que veio agora, em anexo, e que foi encaminhado pelo Deputado Pessuti ontem, diz que serão encaminhados, ainda, as projeções de receita e despesa. Então, eu espero que essas projeções de receita e despesa, sejam encaminhadas, para que esse relator, que leu a Constituição do Estado

do Paraná, possa fazer o seu relatório.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vou submeter a votos...

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Tendo em vista as considerações formuladas e entendendo que nesse momento, aprovando ou não o regime de urgência para a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a tramitação terá um comportamento igualitário, aprovando ou não. Como autor do requerimento, requeiro a retirada de votação do regime de urgência para a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e que permaneçam os demais itens sendo apreciados, como anteriormente.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu entendo que, primeiro, a iniciativa do nobre Líder, desautoriza o discurso do Deputado Zanusso. Em segundo lugar, Senhor Presidente, eu entendo que essa atitude é inócua. Não é um recuo do Governo, não é da Bancada do Governo, não é uma concessão da Bancada, até porquê, a LDO tem o seu rito próprio, seus prazos estabelecidos e nós deveremos votar até 30 de junho. Eu acho que a preocupação não é com as férias dos Parlamentares, mas sim com o interesse maior do Paraná!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Compete ao Presidente, de acordo com o artigo 20, estabelecer o ponto da questão sobre o qual devam ser feitas as votações.

A Mesa entende, salvo decisão contrária do Plenário, que os Projetos n.ºs 222, 233, 234, 235, 236, que abrem créditos especiais ao Governo, há uma tendência, a maioria tranqüila da Assembléia, em aprová-los. Por isso, vou submeter a voto sem que seja voto nominal, os referidos Projetos, a menos que o Plenário decida o contrário.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu acho que foi requerido votação nominal para todos os Projetos em referência, e que se pretende estabelecer o regime de urgência. Eu não vejo o porquê desta separação, Senhor Presidente. Eu acho que cada Deputado aqui tem que assumir a responsabilidade de seus atos. E, como bem afirmou aqui o Deputado Basílio Zanusso, quem não estudou até agora a LDO - a Mensagem já há vários dias transita pela Casa - quem não estudou a autarquização das Fundações até agora, jamais o fará. Portanto, eu vou votar pela urgência, Senhor Presidente, embora como voto derrotado, eu votarei pela urgência.

E lamento profundamente o recuo do Líder da Maioria nesta Casa, que, após submeter os seus liderados a uma verdadeira

maratona de críticas, inexplicavelmente pretende retirar a urgência do requerimento da LDO.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu gostaria de informar ao Deputado Erondy Silvério, que o Líder, Orlando Pessuti, a pedido de Deputados de oposição, ouvindo aos nossos apelos de que nós não poderíamos votar contra o crédito suplementar ao Colégio Estadual do Paraná; o auxílio às microempresas; o apoio à FUNDEPAR; contra os fiscais que estão afanando em nome do Estado; nós não temos como votar contra o acordo feito com o Deputado Orlando Pessuti. Isto faz com que esta Casa chegue ao denominador comum, ouvindo a exposição do relator da LDO, e que faz com que todos nós continuássemos deixando a LDO de fora, votando a urgência das matérias.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Vossa Excelência permite uma observação?

Se Vossa Excelência ler a Ordem do Dia de hoje, vai ver que já está em pauta a Mensagem que favorece as microempresas. Portanto, não há nem necessidade de regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A decisão da Mesa permanece.

Senhores Deputados que atendem à solicitação da Mesa para votação dos Projetos, sem que seja nominal, conservem-se como estão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu requeiro verificação de votação.

Nós pretendemos votar nominalmente todos eles.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Seja feita a sua vontade.

O Senhor 1º Secretário passará à votação nominal, com a exclusão da LDO.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, para esclarecer, exclusão da LDO e exclusão do projeto n.º 215 também?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não, o requerimento do autor é a exclusão só da LDO.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Os demais estão todos incorporados?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Todos incorporados na votação nominal.

Senhores Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Pessuti...

Antes, porém, vou submeter a voto. La-

mento, mas vou submeter a voto o requerimento do Deputado Pessuti, porque ele está insistindo que o Plenário aprove tudo.

Senhores Deputados que aprovam a retirada do Projeto de Lei...

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu faço um apelo, uma manobra inteligente do ilustre Líder do PMDB, que englobou no requerimento de pedido de urgência, várias matérias de interesse do povo do Paraná e que certamente, a Bancada da Oposição aprova e tem interesse de ver aprovado o mais rapidamente possível.

Nós temos um ponto polêmico, um já foi retirado, que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias; o segundo, é da autarquização das fundações. Então, eu faço um apelo a Vossa Excelência no sentido de colocar em separado, a votação desses dois Projetos, os demais englobados, e o da autarquização em separado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Plenário já decidiu sobre isso.

O Senhor 1º Secretário procederá a chamada nominal.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento, responderão sim, e os que rejeitam, responderão não.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, para esclarecer e parecer-me será a orientação às Bancadas de oposição, que votaremos contra o Projeto nº 215, que se refere às autarquias. No entanto, neste voto contra, ao nosso entender, não constará o voto contrário aos demais Projetos, que são de suplementação. Eu voto contra o Projeto nº 215.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa quis abreviar, mas o Deputado Pessuti, com o seu rolo compressor, quer que vote tudo. Então, vamos votar tudo.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Nós votamos tudo, mas fica esclarecido que a Oposição não está votando contra os Projetos nºs 222, 233, 234, 235, 236; está votando apenas contra o Projeto nº 215.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, na sessão de quinta-feira da semana passada, o Deputado Orlando Pessuti concordou em votar separado, a menos que, de uma semana para outra, o nobre Deputado tenha mudado de opinião e mudado de palavra, porque ele tinha concordado, na quinta-feira passada, com a votação em separado; a menos que tenha duas palavras em semanas diferentes.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Senhor

Curitiba, terça, em 18.06.91

Presidente, faço um apelo novamente...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência já falou pela ordem e o Regimento Interno só permite uma vez a palavra pela ordem.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vou conceder num gesto de liberalidade.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Eu agradeço, Senhor Presidente.

Faço um apelo a Vossa Excelência, que separe o doce do veneno; Vossa Excelência tem poderes e a Mesa tem condições de fazer esta votação em separado. Vossa Excelência sabe que é uma manobra inaceitável, englobar o veneno com as demais matérias que são de interesse do povo do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu transmito o apelo ao nobre Líder do rolo compressor.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Já que Vossa Excelência me conclama a opinar novamente, não era a nossa intenção. Eu quero primeiro informar que não houve de nossa parte, nenhum recuo com referência a retirado de regime de urgência para a LDO, porque entendemos que neste caso, tendo em vista que ela terá que ser votada até o dia 30.06, nós já estamos em regime de urgência para esse Projeto. Então, era chover no molhado. Quando reque-remos, na semana passada, tinha justificativa, hoje não tem mais. Então, não significa nenhum recuo de nossa parte, apenas para não votarmos aquilo que já não se faz mais necessário, porque já está em regime de urgência. Com referência às demais matérias, nós permanecemos com a decisão de que deveremos votá-las todas em bloco, de uma só vez.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência prefere a guerra com todos os seus horrores.

A Mesa pede ordem ao Plenário, senão suspende a sessão.

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Arruda) - Procede a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Dezesesse- te Senhores Deputados responderam não. Vinte e sete responderam sim.

Está aprovado o requerimento de regime de urgência.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando ou-

tra para quarta-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.^o 058/91.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.^{os} 141/91 e 146/91.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE ATA DA 4.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de maio de hum mil, novecentos e noventa e hum, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sob a Presidência do Deputado Alceu Swarowski, mais os seguintes Deputados membros da Comissão: João Iensen, Basílio Zanusso, Mário Bezerra e Emília Belinati. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos com a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei n.^o 70/91, do Deputado Erondy Silvério. Parecer FAVORÁVEL, APROVADO. Projeto de Lei n.^o 143/91, de autoria do Deputado Paulo Maia. Parecer FAVORÁVEL, APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, demais Deputados presentes e por mim, Alan Marcos Andrade, Secretário da Comissão.

(a) ALCEU SWAROWSKI

Presidente

(a) ALAN MARCOS ANDRADE

Secretário

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE ATA DA 5.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de junho de hum mil, novecentos e oitenta e um, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sob a presidência do Deputado Alceu Swarowski, e os seguintes Deputados membros da Comissão: Basílio Zanusso, João Iensen, Mário Bezerra e Emília Belinati. Havendo número legal foram declarados abertos os trabalhos com a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei n.^o 146/91, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator: Deputado Mário Bezerra, parecer FAVORÁVEL, APROVADO. Projeto de Lei n.^o 182/91, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) e outros. Relator: Deputado Basílio Zanusso, parecer CONTRÁRIO, REJEITADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente en-

cerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, demais membros da Comissão e por mim, Alan Marcos Andrade.

(a) ALCEU SWAROWSKI

Presidente

(a) ALAN MARCOS ANDRADE

Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

12.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 9.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de junho de um mil novecentos e noventa e um, reuniu-se na sala de reunião das Comissões, a Comissão de Finanças, sob a presidência do Senhor Deputado Durval Amaral, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Alceu Swarowski, Mário Bezerra e Cleiton Kielse Crisóstomo, tendo justificado a ausência o Deputado Rafael Greca. Havendo número legal o Senhor Presidente dá início aos trabalhos. Dispensada a leitura da Ata, face a distribuição antecipada, foi a mesma aprovada. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei n.^o 149/91, de autoria dos Deputados Cezar Silvestri e Albino Corazza. Relator: Deputado Alceu Swarowski. Parecer FAVORÁVEL pela apreciação em Plenário - APROVADO. O Senhor Presidente informa que recebeu os Projetos de Lei n.^{os} 159 e 180/91, relatados pelos Deputados Renato Adur e Nelson Garcia, respectivamente. Em virtude dos relatores não estarem presentes, o Senhor Presidente sugere a devolução aos mesmos para serem apresentados na próxima reunião. Sugestão esta que foi acatada pelos presentes. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(a) DURVAL AMARAL

Presidente

(a) WILSON PENKA

Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

12.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 10.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de junho de um mil novecentos e noventa e um, reuniu-se ordinariamente na sala de reunião das comissões, a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Durval Amaral, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Alceu Swarowski, Mário Bezerra, Nelson Garcia e Rafael Greca, tendo justificado a ausência os Senhores Deputados

João Iensen e Renato Adur. Havendo número legal o Senhor Presidente dá início aos trabalhos. Dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, face a distribuição antecipada, foi a mesma aprovada. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei nº 180/91, de autoria do Deputado Ademar Luiz Traiano. Relator: Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 131/91, de autoria do Deputado Nilton César Servo. Relator: Deputado Rafael Greca. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 172/91, de autoria do Deputado José Afonso Júnior. Relator: Deputado Rafael Greca. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(a) DURVAL AMARAL
Presidente
(a) WILSON PENKA
Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DA SAÚDE
ATA DE INSTALAÇÃO

nos onze dias do mês de junho de um mil, novecentos e noventa e um, na Sala de reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas lideranças partidárias para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar possíveis ir-

regularidades cometidas na Secretaria de Estado da Saúde, sob a presidência, na forma regimental, do Senhor Deputado Algaci Túlio. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, passando em seguida para eleição de Presidente e Relator. Realizada a eleição, foi constatada a maioria dos votos nos nomes dos Senhores Deputados Florisvaldo Fier e Lourenço Fregonese para Presidente e Relator, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual foi eleito o Deputado Florisvaldo Fier agradeceu a confiança nele depositada, prometendo tudo fazer para não desmerecer a deferência de seus nobres Pares. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, a qual após lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros e por mim, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(a) ALGACI TÚLIO
(a) FLORISVALDO FIER
(a) LOURENÇO FREGONESE
(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR
(a) CLEITON CRISÓSTOMO
(a) EDSON LINO
(a) NILTON BARBOSA
(a) DOMINGOS DE CARVALHO
(a) ARLINDO TROIAN
(a) ÉLIO LINO RUSCH
(a) RAFAEL GRECA
(a) EMÍLIA BELINATI
(a) JOÃO IENSEN

(a) SEVERO OLÍMPIO SOTTO MAIOR
Secretário